

## ATA N.º 52/2012

### Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 14 horas e 30 minutos

Encerramento: 16 horas e 04 minutos

No dia dezassete do mês de dezembro de dois mil e doze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas catorze horas e trinta minutos, o senhor António José Ganhão, presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

Ana Isabel Oliveira Reis Casquinha  
Carlos António Pinto Coutinho  
José António Salvador Rodrigues da Avó  
Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos  
Maria Gabriela Gambóias dos Santos

Pelo senhor presidente foi declarada aberta a reunião, às catorze horas e trinta minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do artigo décimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
1	<b>Câmara Municipal Presidência/Vereação</b>  <b>Gabinete de Apoio ao presidente e vereadores</b>  Aprovação da ata da reunião anterior		
2	<b>Departamento Municipal Administrativo e Financeiro</b>  <b>Apoio Jurídico</b>  Legislação síntese	Inf. A.J. n.º 155/2012, de 12 de dezembro	
3	<b>Gestão e Controle do Plano e Orçamento</b>  VIII Alteração do Orçamento e às		

	Grandes Opções do Plano - Proposta		
	<b>Subunidade Orgânica de Contabilidade</b>		
4	Resumo Diário de Tesouraria		
	<b>Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças</b>		
5	Pedido de alargamento de horário de funcionamento	Reg.15756, de 20.11.2012	Maria do Carmo Sousa Poejo de Almeida
	<b>Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes</b>		
	<b>Apoio Administrativo às Obras Municipais</b>		
6	Empreitada de: "Execução de arranjos exteriores na Urbanização Vale Bispo – 1.ª fase, na Barrosa" - Revisão de preços definitiva (sem manutenção) / Aprovação	4.1.5/01-2011	IBERSILVA S.A.U.
7	Empreitada de: "Pavimentação em arruamentos das freguesias de Samora Correia e Santo Estêvão" - Liberação da caução prestada / termo do 2.º ano do prazo de garantia	4.1.1/07-2009	CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S.A.
8	Empreitada de: "Execução de arranjos exteriores no loteamento em nome de Fernando Caneças – Benavente" - Apresentação de garantia bancária para substituição de quantias retidas destinadas a reforço de caução	4.1.5/03-2011	COSTA & LEANDRO
9	Empreitada de: "Ampliação e requalificação da EB 1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia" - Nomeação do diretor de fiscalização	4.1.2/02-2011	SECAL – Engenharia e Construções, S.A.
10	Empreitada de: "Execução de arranjos exteriores nas pré-Primárias da Barrosa e Santo Estêvão, na Urbanização Cardal e Duarte (alteração da 2.ª fase) – Benavente e em canteiros na Rua da Papoila –	4.1.5/04-2010	COSTA & LEANDRO, LDA

	Porto Alto” - Liberação da caução prestada – Termo do 1.º ano do prazo de garantia		
11	Empreitada de: “Instalação do Grupo Hidropressor no Pavilhão Desportivo da Barrosa, incluindo fornecimento e montagem de instalações elétricas, tubagem e acessórios” - Receção definitiva / Restituição de quantias retidas  <b>Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento</b>  <b>Subunidade Orgânica de Obras Particulares</b>	4.1.2/06-2007	Construções Torrão, de Sérgio Fernandes Torrão
12	Licenciamento da Edificação	408/2001	Alcafer – Comércio Industrial Produtos Alimentares, Lda.
13	“ “	882/2011	Delta – Distribuidora de Empilhadores, Tratores e Alfaías, Lda. e Fatem – Máquinas, Empilhadores, Tratores e Autobetoneiras, Lda.
14	Aprovação de Arquitetura – A conhecimento	714/2012	G.P.D.G. – Gestão e Participações, S.A.
15	“ “	1183/2012	Paulo M.M. André – Construções, Lda.
16	Deferimento do pedido de licença administrativa – A conhecimento	95/2011	Joaquim Augusto Fernandes Dias Cabaço
17	“ “	1133/2012	Maria da Conceição Ribeiro de Moura
18	Autorização de Utilização	481/2011	I. Santos & F. Batalha, Talhos e Supermercados Lda.
19	Informação Simples	1098/2012	Silva & Paiva, Lda.
20	Reclamações	1336/2008	Requerente: Cláudio Português /Titular do processo: Deolinda Maria Silva Vinagre Português
21	“ “	1070/2012	Executivo Presidente da Câmara / Marco Túlio Gomes Queiróz
22	Trânsito e Estacionamento	1100/2012	Administração Condomínio n.º 10

	<b>Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo</b>		
	<b>Educação</b>		
23	Enchimento de depósito de gás – pavilhão do Porto Alto	Inf. DMECT n.º 116/2012, de 05 de dezembro	
24	Aprovação de novos escalões de apoio e alteração de escalões já aprovados – 1.º ciclo - ano letivo 2012-2013	Inf. DMCET n.º 117/2012, de 06 de dezembro	
	<b>Ação Cultural</b>		
25	Pedido de cedência do Centro Cultural de Benavente		Congregação das Testemunhas de Jeová
26	<b>Período destinado às intervenções dos membros da Câmara</b>		
27	<b>Período destinado às intervenções dos munícipes</b>		
28	<b>Aprovação de deliberações em minuta</b>		

### RESUMO DOS PONTOS EXTRAS À ORDEM DO DIA

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
1	<b>Câmara Municipal</b> <b>Presidência/Vereação</b>  <b>Gabinete de Apoio ao presidente e vereadores</b>  Proposta de atribuição de um subsídio de carácter pontual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Samora Correia  <b>Departamento Municipal Administrativo e Financeiro</b>  <b>Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento</b>		

2	<p>Proposta de abertura de procedimento de Ajuste Direto tendo em vista a Aquisição de Lubrificantes – Concursos Públicos da Central de Compras Eletrónicas da CIMLT - Acordo Quadro</p> <p><b>Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes</b></p> <p><b>Apoio Administrativo às Obras Municipais</b></p>	<p>Informação n.º 0274/2012 – D.M.A.F.</p>	
3	<p>Candidatura ao QREN / INALENTEJO - Operação: Ampliação e requalificação da EB1 n.º 1 de Benavente - Código da Operação: ALENT-09-0344-FEDER-001782 Aprovação da Minuta de Contrato de Financiamento</p>		
4	<p>Candidatura ao QREN / INALENTEJO - Operação: Ampliação e requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia Código da Operação: ALENT-09-0344-FEDER-001783 Aprovação da Minuta de Contrato de Financiamento</p> <p><b>Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento</b></p> <p><b>Subunidade Orgânica de Obras Particulares</b></p>		
5	<p>Legalização de alterações / Moradia Unifamiliar / Projetos das especialidades</p>	1154/2012	Paulo M. M. André - Construções, Lda.

Secretariou o diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Hermínio Nunes da Fonseca, coadjuvado por Anabela Rodrigues Gonçalves, coordenadora técnica.

**AUSÊNCIA DE MEMBROS DO EXECUTIVO:** Verificou-se a ausência do senhor vereador Miguel Cardia, por motivo de gozo de férias.

«O senhor presidente considerou justificada a ausência.»

## **01 – Câmara Municipal/Presidência-Vereação**

### **01.01 – Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores**

**Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Após a confirmação de que todos os membros da Câmara tinham conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a sua leitura nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

Submetida a votação a ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.

### **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

#### **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE CARÁTER PONTUAL À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SAMORA CORREIA**

Relativamente ao objeto de deliberações dos Órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

- **A regra** é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia distribuída a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.
- **A exceção**, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 14 de dezembro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

#### **Ponto Extra 1 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE CARÁTER PONTUAL À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SAMORA CORREIA**

Considerando que:

- a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Samora Correia transmitiu à Câmara Municipal de Benavente a sua preocupação pela perigosidade que representa o estado de abandono das antigas instalações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Samora Correia (AHBVSC);

- se constata que após a transferência de instalações foram retirados os portões e caixilharias do edifício, passando o mesmo a ser frequentado por jovens alunos das escolas de Samora Correia que utilizam aquele espaço para desenvolver algumas brincadeiras que podem ser perigosas para a sua integridade física;

- a situação é agravada pela frequência do espaço por grupos ligados ao consumo de estupefacientes, comportamento esse que poderá colocar em risco a saúde pública;

- a AHBVSC reconhece a urgência na demolição do edifício em apreço, tendo referido, no entanto, que não dispõe de recursos financeiros para suportar o custo da operação, que se estima em 2.000 € (dois mil euros),

Proponho, nos termos do artigo 12.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Município de Benavente, conjugado com o disposto no artigo 23.º, a atribuição de um subsídio de carácter pontual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Samora Correia, no valor de 2.000 € (dois mil euros), para que esta proceda, no imediato, à demolição das suas antigas instalações.

O vereador, Carlos Coutinho

Benavente, 14 de dezembro de 2012

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade atribuir um subsídio pontual de 2.000 € (dois mil euros) à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Samora Correia, para a demolição das suas antigas instalações.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **02- Departamento Municipal Administrativo e Financeiro**

### **02.01.03- Apoio Jurídico**

**Ponto 2 – LEGISLAÇÃO SÍNTESE COM INTERESSE PARA A AUTARQUIA PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA ENTRE 06 E 12 DE DEZEMBRO E RESPECTIVAS UNIDADES ORGÂNICAS MUNICIPAIS A QUEM A MESMA INTERESSA**

**Informação A.J. n.º 155/2012, de 06 a 12 de dezembro**

**Aviso de prorrogação de prazo n.º 907/2012**, do Município de Benavente, publicado no D.R. n.º 237, Série II de 2012-12-07 - Contrato Público de prestação de serviços de manutenção e conservação de jardins e zonas verdes pelo período de 12 meses - 111 jardins (**DMAF; SOCA**);

**Despacho n.º 15682/2012**, dos Secretários de Estado da Administração Interna e do Ambiente e do Ordenamento do Território, publicado no D.R. n.º 238, Série II de 2012-12-10, que determina a elaboração do Plano sectorial de prevenção e redução de

riscos (**Membros da Câmara; GAPV; SMPC; DMAF; AJ; DMGARH; DMOMASUT; GOM; DMOPPUD; SOOP; GU; IG; PU**);

**Resolução n.º 50/2012** do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 239, de 11 de dezembro, que publicita a Resolução n.º 3/2012-2.ª S - remessa de contas ao Tribunal, relativas ao ano de 2012 (**DMAF; AJ; GCPO; CC; SOC; SOAAOA; DMGARH; Notariado**);

**Decreto-Lei n.º 260/2012**, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 240, de 12 de dezembro, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2011, de 17 de outubro, que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativas ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2011, de 20 de junho. (**DMAF; AJ; DMGARH; Delegado Municipal da IGAC; CHS - veterinária municipal**).

## **02.01.05- Gestão e Controle do Plano e do Orçamento**

### **Ponto 3 – VIII ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PROPOSTA**

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE explicou os documentos, por cada rubrica, no que se refere a diminuições e reforços.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção da senhora vereadora Ana Casquinha, aprovar a proposta do senhor presidente da Câmara Municipal relativa à VIII Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que, depois de rubricada e por fotocópia, fica apensa à presente ata.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **02.01.09- Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento**

### **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

#### **PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO TENDO EM VISTA A AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES – CONCURSOS PÚBLICOS DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT - ACORDO QUADRO**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:



A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 14 de dezembro de 2012

O presidente da Câmara, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

## **Ponto Extra 2 - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO TENDO EM VISTA A AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES – CONCURSOS PÚBLICOS DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT - ACORDO QUADRO**

### **Informação n.º 0274/2012 – D.M.A.F.**

Em 07 de dezembro de 2011, a Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento submeteu ao sr. presidente, através da informação n.º 503/2011, uma proposta de abertura de um procedimento tendo em vista a Aquisição de Combustíveis rodoviários, Gás Propano a Granel e Lubrificantes, aderindo ao procedimento a lançar no âmbito da Central de Compras Eletrónica da CIMLT. O sr. presidente despachou no sentido da mesma ser presente a reunião de Câmara.

Face à proposta submetida, o Executivo, em 12/12/2011, no uso da competência atribuída pela alínea b) do n.º 1 do art. 18.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho, deliberou no sentido da homologação da mesma, autorizando a abertura do procedimento nos termos do proposto.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal, para a repartição de encargos pelos anos económicos de 2012, 2013, 2014 e 2015, nos termos do n.ºs 1 e 6 do art. 22.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho.

Remetida à Assembleia Municipal, a referida proposta foi objeto de deliberação em 15.12.2011, deliberação essa que apontava no sentido da aprovação da mesma.

O referido procedimento, após ter sido devidamente aprovado, foi remetido à CIMLT, onde decorreu a sua tramitação até à celebração do acordo Quadro do qual constam como cocontratantes a CIMLT e as empresas Galp Energia – Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. para os lotes n.ºs 1 e 2 e a empresa FUCHS LUBRIFICANTES, UNIPessoal, LDA para o lote n.º 4, lotes aos quais o Município de Benavente agregou necessidades.

O Acordo quadro negociado pela CCE-CIMLT estabelece no seu clausulado as condições contratuais, destacando-se das mesmas, a sua duração, no caso, 36 meses, e o valor contratual global de 767.512,12 Euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, dividido pelos respetivos anos económicos:

- Para a aquisição de Combustíveis e Lubrificantes, o valor de € 767.451,54 (setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta euros e cinquenta e quatro cêntimos), a satisfazer pelas dotações 02 02 01 02 02 – Gasóleo (a granel) -, 02 02 01 02 02 Gasóleo (Cartão), 02 02 01 02 01 – Gasolina (Cartão) -, e 02 02 01 02 04 – Óleos Lubrificantes, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do já referido Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, prevendo-se os seguintes valores de realização financeira:
- Para a aquisição Gasóleo (a granel), o valor de € 691.320,00, a satisfazer pela dotação 02 02 01 02 02, um valor de realização financeira de € 38.406,67 no ano de 2012, de € 230.440,00 no ano de 2013, de € 230.440,00 no ano de 2014 e de € 192.033,33 no ano de 2015;
- Para a aquisição de Gasóleo e Gasolina em cartão, o valor de € 53.882,10 a satisfazer pelas dotações 02 02 01 02 02 Gasóleo (Cartão), um valor de realização financeira de € 1.449,25 no ano de 2012, € 8.695,50 no ano de 2013, e de € 8.695,50 no ano de 2014 e de € 7.246,25 no ano de 2015, e pela dotação 02 02 01 02 01 – Gasolina (Cartão), um valor de realização financeira de € 1.544,20 no ano de 2012, € 9.265,20 no ano de 2013, € 9.265,20 no ano de 2014 e de € 7.721,00 no ano de 2015.
- Para a aquisição de Óleos Lubrificantes, o valor de € 22.249,44, a satisfazer pela dotação 02 02 01 02 04, um valor de realização financeira de € 1.236,08 no ano de 2012, € 7.416,48 no ano de 2013, e de € 7.416,48 no ano de 2014 e de € 6.180,40 no ano de 2015.

Posto isto, competia ao Município de Benavente iniciar a tramitação tendente à formalização individual ao contrato celebrado entre CIMLT e as empresas Galp Energia – Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. para os lotes n.ºs 1 e 2 e a empresa FUCHS LUBRIFICANTES, UNIPessoal, LDA. para o lote n.º 4, nos termos do que dispõem subsidiariamente os n.ºs 258.º, alínea a) do n.º 1 do 252.º e alínea a) do n.º 1 do art. 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Pelo que, ao abrigo das atrás referidas disposições legais submeteu a Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento ao executivo Municipal a proposta de autorização para a abertura do procedimento de ajuste direto tendente à formalização de contratação ao abrigo do supra referido acordo quadro.

Estando em causa uma despesa a realizar-se ao longo de 36 meses, logo um compromisso plurianual, e não obstante a Assembleia Municipal já ter tomado deliberação nos termos dos n.ºs 1 e 6 do art. 22.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho, entendeu-se que o processo deveria ser, objeto de nova autorização prévia do mesmo órgão, nos termos do que dispõe a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, antes do órgão executivo proferir decisão sobre a proposta ora se faz.

Na reunião de 15 de outubro de 2012, o órgão executivo deliberou por unanimidade solicitar a prévia autorização à assembleia Municipal para a assunção de compromisso plurianual nos termos do clausulado anteriormente referido.

Remetida à Assembleia Municipal, a referida proposta foi objeto de deliberação favorável em 26.10.2012, tendo sido concedida a autorização prévia pedida.

Posto isto, importa agora nos termos do que dispõem a alínea b) do n.º 1 do art. 18.º do D.L. n.º 197/99, de 8 junho propor à Câmara Municipal a abertura de um procedimento de ajuste direto ao abrigo do que dispõem conjugadamente os artigos 20.º, n.º 1, alínea a), 252.º, n.º 1 alínea a) e 258.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Importa referir, ainda, que era intenção da Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento, tal como pressupunha toda a tramitação antecedente, propor

apenas um procedimento para o conjunto de bens que se pretendem adquirir, no entanto, da consulta à plataforma eletrónica em uso no Município, detetou-se que a mesma, em concreto, não permite que se adote um único procedimento, obrigando este serviço a propor procedimentos individualizados para cada um dos lotes dos bens em causa.

Nesta conformidade, solicita-se nos termos das disposições legais atrás referidas, autorização para a abertura de um procedimento de Ajuste Direto tendo em vista a aquisição de Lubrificantes ao abrigo do Acordo Quadro celebrado entre a CIMLT e a FUCHS LUBRIFICANTES, UNIPessoal, LDA., pelo que se anexa à presente informação, sujeitos às respetivas aprovações e decisões os documentos do concurso (Convite para apresentação de proposta e Caderno de Encargos), bem como a informação de cabimento/compromisso relativa à despesa a contratar.

À consideração superior.

Benavente, 9 de novembro de 2012

Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento

Ana Leonor Simões da Silva Casanova, técnico superior

O diretor de Departamento	O presidente
Concordo. À consideração do sr. presidente.	À reunião Ponto-Extra
17/12/2012	17-12-012

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação e, de acordo com a mesma, proceder à abertura do respetivo concurso público, aprovando o convite e o caderno de encargos.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## 02.01.10- Subunidade Orgânica de Contabilidade

### Ponto 4 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

Presente o documento em epígrafe, com o número duzentos e quarenta, referente ao último dia útil anterior ao da reunião, que acusava os seguintes saldos:

Em numerário: quatro mil, setecentos e dezoito euros e cinquenta e seis cêntimos, sendo quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros e noventa e um cêntimos em dinheiro e duzentos e setenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos em cheques.

Depositado à ordem:

#### **C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000009843092 – quinhentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e três cêntimos;

#### **C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000280563011 – oitenta e cinco mil, dois euros e noventa e nove cêntimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000061843046 – trezentos e quinze mil, quinhentos e cinco euros e setenta e três cêntimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560001470473069 – cento e setenta e um mil, sessenta e quatro euros e sessenta e um cêntimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560001496353057 – onze mil, cento e quinze euros e quarenta cêntimos;

**C.G.D – BNU**

Conta – 003521100001168293027 – trezentos e quatro euros e vinte e três cêntimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000016785430 – mil, setecentos e seis euros e setenta e um cêntimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta – 003501560000016786230 – quatro mil, duzentos e noventa e dois euros e dezanove cêntimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta – 003501560000016788930 – duzentos e noventa e nove euros e vinte e oito cêntimos;

**C.G.D - Benavente**

Conta – 003501560000016784630 – setecentos e catorze euros e cinquenta e nove cêntimos;

**C.G.D - Benavente**

Conta – 003501560000016789730 – nove mil, oitocentos e trinta e dois euros e noventa e três cêntimos;

**C.G.D - Benavente**

Conta – 003501560000016787030 – mil, novecentos e sessenta e um euros e quarenta e três cêntimos;

**B.C.P. – Benavente**

Conta - 003300000005820087405 – vinte e três mil, seiscentos e oitenta e nove euros e vinte e três cêntimos;

**BNC – Samora Correia**

Conta - 004602561087080018636 – três mil, quatrocentos e setenta e nove euros e noventa e nove cêntimos;

**CCAM – Samora Correia**

Conta - 004552804003737040413 – cinco mil, setecentos e quarenta e sete euros e vinte e quatro cêntimos;

**CCAM – Santo Estêvão**

Conta - 004552814003724462602 – cinco mil, quinhentos e oito euros e noventa e seis cêntimos;

**CCAM – Benavente**

Conta - 004550904010946923865 – dez mil, quinhentos e quarenta e nove euros e sessenta e um cêntimos;

**BES – Benavente**

Conta - 000703400000923000754 – mil, duzentos e sete euros e cinquenta e oito cêntimos;

**BPI – Samora Correia**

Conta - 002700001383790010130 – sessenta e um mil, oitocentos e setenta e um euros e quinze cêntimos;

**Banco Santander Totta, SA**

Conta – 001800020289477400181 – duzentos e vinte e quatro euros e quatro cêntimos;

**Balclays Bank, Plc**

Conta – 003204900020787780523 – Barclays Be – cento e cinquenta euros e setenta e quatro cêntimos.

Num total de disponibilidades de um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois euros e vinte e dois cêntimos, dos quais oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove euros e oitenta e sete cêntimos são de Operações Orçamentais e quatrocentos e vinte mil, trinta e dois euros e trinta e cinco cêntimos de Operações Não Orçamentais.

## **02.01.12- Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças**

### **Ponto 5 – PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**

#### **Presente para análise do Executivo, após visita da Câmara Municipal ao local**

Reg. n.º 15756, de 20.11.2012

Requerente - Maria do Carmo Sousa Poejo de Almeida

Localização – Rua José Saramago, lote C3 e C4 – Porto Alto

#### **Informação DMAF/Subunidade de Taxas e Licenças n.º 279, de 20.11.2012**

1 – Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços n.º 15756, datado de 20 do corrente mês, vem a impetrante na qualidade de exploradora do estabelecimento destinado a Bar com a designação de **Kardial Bar**, sito na Rua José Saramago, Lote C3 e C4, no Porto Alto, freguesia de Samora Correia, solicitar o seguinte:

*«(...) Maria do Carmo Sousa Poejo de Almeida, viúva, portadora do Cartão de Cidadão n.º 04388891, válido até 24 de junho de 2013, contribuinte fiscal n.º 154 478520, residente na Rua Norton de Matos, 9 em Samora Correia, arrendatária das lojas C2-C3 e C4, sito no Porto Alto, Rua José Saramago, que correspondem os artigos matriciais n.ºs 6689, 6990 e 6699 e que se destinam a funcionar como bar/café de acordo com o alvará de licença de utilização para serviços de restauração e bebidas n.º 3/2006, de 26 de junho, venho por este meio solicitar que seja concedida igual licença para a atual entidade exploradora designada “K-bar”.*

*De igual modo solícito que me seja autorizado o período de funcionamento com abertura às 14.00H e encerramento às 02.00H, todos os dias da semana, sem encerramento semanal.»*

Assim, e na sequência do despacho do senhor presidente da Câmara Municipal, exarado no requerimento, cumpre-me informar:

2 - O Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, sucessivamente alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 126/96, de 10 de agosto, 216/96, de 20 de novembro, 111/2010, de 15 de outubro e 48/2011, de 11 de abril, estabelece o atual regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

2 – 1 - Com a publicação do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que simplifica o regime de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa “Licenciamento zero”, introduziram-se alterações significativas ao Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio.

3 – Para o estabelecimento, foi emitido alvará de utilização n.º 03/2006, datado de 26.06, que titula a **autorização de utilização de estabelecimento de bebidas**, em nome de Sociedade de Construções Filipes, Lda.

4 – A requerente procedeu à entrega da declaração de instalação, modificação e de encerramento dos estabelecimentos de restauração e bebidas, abrangidos pelo regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de junho (Documento comprovativo), em 21 de setembro de 2012.

5 – Em 20.10.2012 a exploradora do estabelecimento enviou à D.G.A.E. (Direção Geral das Atividades Económicas), cópia da referida declaração mencionada no ponto 4 da informação, na qual se responsabiliza que o estabelecimento cumpre todos os requisitos adequados ao exercício da respetiva atividade (art. 11.º Declaração prévia), do citado Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19.06.

6 – Analisado o respetivo pedido à luz do Regulamento dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Benavente (art. 3.º - Regime especial), cumre-me informar o seguinte:

- Os cafés, cervejarias, casas de chá, restaurantes, snack-bares, self-services, clubes, casas de fado, bares, pubs e estabelecimentos análogos, quando situados nos perímetros urbanos do Concelho, devem obedecer ao seguinte regime especial de funcionamento:

- De domingo a quinta-feira, entre as 06.00 horas e as 24.00 horas;  
- Às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, entre as 06.00 horas e as 02.00 horas.

7 – A Câmara Municipal pode alargar os horários fixados nos artigos 2.º e 3.º do já citado Regulamento, desde que os mesmos não afetem a segurança, a tranquilidade o repouso dos cidadãos residentes, não desrespeitem as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

8 – Em reunião do Executivo de 08 de janeiro de 2007, foi deliberado por unanimidade, aprovar o período de funcionamento do bar, durante todos os dias da semana, das 14.00 horas às 02.00 horas, com base nos pareceres emitidos pela Guarda Nacional Republicana – Posto Territorial de Samora Correia e Junta de Freguesia de Samora Correia.

#### **Em conclusão:**

9 – O pedido de horário de funcionamento não se enquadra no art. 3.º - Regime especial do Regulamento de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Benavente.

Contudo, e se esse for o seu entendimento e por se desconhcerem quaisquer situações de incomodidade para a vizinhança, resultantes do ruído provocado pelo funcionamento do mesmo, ou por situações verificadas no exterior, **aprovar o mencionado pedido** tendo em conta a deliberação do Executivo mencionada no ponto anterior, e informar a requerente que a Câmara Municipal poderá, a qualquer momento, restringir o mesmo se vierem a verificar-se situações que se prendam com razões de segurança ou de proteção da qualidade de vida dos cidadãos.

Face ao exposto, deixo o assunto à consideração superior do senhor diretor do D.M.A.F.

O assistente técnico, Joaquim Miguel Clarimundo

O Diretor de Departamento	O Presidente
Concordo.	À reunião.
21.11.2012	21.11.2012

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO transmitiu que é opinião do Executivo que se poderá manter o encerramento do bar às duas horas da madrugada, face à experiência de muitos anos sem que sejam conhecidos quaisquer relatos de problemas e incómodos com a vizinhança.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, após visita do Executivo ao local e constando-se que não existem quaisquer reclamações na relação de vizinhança, nem quaisquer incómodos causados na relação de proximidade, autorizar a manutenção do horário anteriormente praticado.

### **03- Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes**

#### **03.01- Apoio Administrativo às Obras Municipais**

**Ponto 6 – EMPREITADA DE: “EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES NA URBANIZAÇÃO VALE BISPO – 1.ª FASE, NA BARROSA”**

**\* REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA (SEM MANUTENÇÃO) - APROVAÇÃO**

Processo n.º 4.1.5/01 - 2011

Adjudicatário: IBERSILVA S.A.U. – Sucursal em Portugal

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 302/2012, de 04 de dezembro**

Efetuada o cálculo da revisão de preços definitiva da empreitada em referência e a que se reporta a informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 268/2012, de 15 de novembro, foi, em cumprimento do despacho superiormente exarado em 15-11-2012, remetida cópia ao empreiteiro, através do ofício n.º 5.824, de 19-11-2012 para, ao abrigo do art. 100.º do C.P.A., se pronunciar por escrito sobre o referido cálculo.

Registou-se a receção de e-mail datado de 03-12-2012 enviado pelo adjudicatário, com registo de entrada n.º 16.414, de 04-12-2012, no qual manifesta a sua concordância com o cálculo efetuado pelos Serviços.

Em face do exposto, submete-se o montante da revisão de preços definitiva, no valor de **570,85 € (quinhentos e setenta euros e oitenta e cinco cêntimos)**, a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, à aprovação superior, para que os serviços procedam posteriormente ao seu processamento e liquidação.

À consideração superior.

Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil

Despacho do vereador Carlos Coutinho: “À reunião. 06-12-2012”

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a revisão de preços definitiva da empreitada em epígrafe, no montante de 570,85 € (quinhentos e setenta euros e oitenta e cinco cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

**Ponto 7 – EMPREITADA DE “PAVIMENTAÇÃO EM ARRUAMENTOS DAS FREGUESIAS DE SAMORA CORREIA E SANTO ESTÊVÃO”**

**▪ LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 2.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.1/07-2009

Adjudicatário: Construções Pragosa, S.A.

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 311/2012, de 10 de dezembro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.<sup>a</sup> DP/0818/2012, datada de 21-09-2012 (registo de entrada n.º 14008, de 11-10-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

<b>Plano de Liberação de Cauções</b>					
<b>Prazo de garantia da obra</b>	<b>Valor a liberar</b>				
	<b>1.º ano – após receção provisória</b>	<b>2.º ano – após receção provisória</b>	<b>3.º ano – após receção provisória</b>	<b>4.º ano – após receção provisória</b>	<b>5.º ano – após receção provisória</b>
<b>5, 6, 7, 8, 9 ou 10 anos</b>	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução e reforço de caução, através das Garantias Bancárias n.ºs 763/2009-S e 26/2010-S, ambas no valor de 14.592,72 € e emitidas pelo BPN - Banco Português de Negócios, S.A., correspondentes a 10% do valor da adjudicação.
- 3- Relativamente à revisão de preços, foi ainda retida a quantia de 1.100,32 €, correspondentes a 10% do respetivo pagamento.



- 4- Assim, tendo em conta o referido em 2. e 3., o valor total da caução e reforço de caução traduz-se na importância de **30.285,75 €**.
- 5- Considerando,
- que a receção provisória da obra ocorreu em 19-05-2010;
  - as obrigações de garantia, sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
  - terem já decorrido 2 (dois) anos, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
  - o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 21-11-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação do valor total da caução em 60%, ou seja, **18.171,45 €**, através

- ✓ da redução do valor da Garantia Bancária n.º 763/2009-S emitida pelo BPN - Banco Português de Negócios, S.A. em **8.755,63 €**, passando a mesma a ter o valor de **5.837,09 €** (8.755,63 € - 5.837,09 €);
- ✓ da redução do valor da Garantia Bancária n.º 26/2010-S emitida pelo BPN - Banco Português de Negócios, S.A. em **8.755,63 €**, passando a mesma a ter o valor de **5.837,09 €** (8.755,63 € - 5.837,09 €);
- ✓ da restituição de parte da quantia retida no pagamento da revisão de preços na importância de **660,19 €**.

À consideração superior

*Maria Manuel Couto da Silva, eng.ª civil*

**Auto de Vistoria**  
**Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do D.L. n.º 190/2012, de 22 de agosto**  
**2.º ano**

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Pavimentação em arruamentos de Samora Correia e Santo Estêvão”**, adjudicada à firma “Construções Pragosa, S.A.”, no valor de **291.854,41 € (duzentos e noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 60 (sessenta) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em seis de outubro de dois mil e nove, compareceram os srs. Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador, Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil e Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o sr. Filipe Manuel Leal Castelo, engenheiro civil, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exa.to e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
- ✓ terem já decorrido 2 (dois) anos, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;

- ✓ a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro;

e ainda,

- ✓ o estabelecido no n.º 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto

deliberaram os intervenientes, dar por reunidas as condições, para que se proceda à liberação da caução correspondente aos dois anos decorridos, **ou seja 60% da caução total.**

Pelo sr. Filipe Manuel Leal Castelo, engenheiro civil, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção, determinando o mesmo a entrada em funcionamento.

*Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente*

*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil – C.M. Benavente*

*Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil – C.M. Benavente*

*Filipe Manuel Leal Castelo, engenheiro civil - Representante do empreiteiro*

Despacho do vereador Carlos Coutinho: “À reunião.11-12-2012”

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

#### **Ponto 8 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES NO LOTEAMENTO EM NOME DE FERNANDO CANEÇAS, COVÕES - BENAVENTE”**

##### **▪ APRESENTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA PARA SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS DESTINADAS A REFORÇO DE CAUÇÃO**

Processo n.º 4.1.5 / 03 – 2011

Adjudicatário: COSTA & LEANDRO, Lda.

#### **Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 312/2012, de 10 de dezembro**

No âmbito da empreitada acima mencionada, procedeu o adjudicatário ao envio da garantia bancária n.º 2541.001815.193 emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 6.545,41 €, destinada a substituir as quantias retidas para reforço de caução.

Analizada a pretensão e considerando que,

- o disposto no n.º 2 do artigo 353.º do CCP, prevê que as deduções destinadas a reforço da caução inicialmente prestada pelo empreiteiro para cumprimento das obrigações contratuais, possam ser substituídas por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, por garantia bancária à primeira solicitação ou por seguro-caução,

- o valor da garantia bancária agora apresentada corresponde ao somatório das quantias retidas nos pagamentos dos Autos de Medição n.ºs 01/2012 e 02/2012 no montante de 6.545,41 €,

julga-se sem inconveniente que as deduções para reforço de caução efetuadas sobre os Autos de Medição n.ºs 01/2012 e 02/2012, possam ser substituídas pela garantia bancária n.º 2541.001815.193 emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 6.545,41 €.

Nesse sentido, poderá ser restituída à empresa COSTA & LEANDRO, LDA, a importância de 6.545,41 €.

À consideração superior.

*Maria Manuel Couto da Silva, eng.ª civil*

Despacho do vereador Carlos Coutinho: “À reunião.11-12-2012”

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

**Ponto 9 – EMPREITADA DE: “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 FONTE DOS ESCUDEIROS, EM SAMORA CORREIA”**

**\* NOMEAÇÃO DO DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO**

Processo n.º 4.1.2/02-2011

Adjudicatário: SECAL – Engenharia e Construções, S.A.

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 315/2012, de 12 de dezembro**

Na informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 276/2012, de 21 de novembro, presente na reunião de Câmara de 2012-11-26, referente à aprovação do Plano de Segurança e Saúde da empreitada mencionada em epígrafe, foi referido, no seu ponto 3, que deveria ainda ser nomeado pelo Executivo o diretor de fiscalização da obra.

Tendo em conta que do teor da deliberação não consta a citada nomeação, sugere-se que seja tomada decisão sobre o diretor de fiscalização da obra, no sentido de ser exercida a competência que lhe é conferida pelo art. 344.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil*

Despacho do vereador Carlos Coutinho: “À reunião.12-12-2012”

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO propôs que a Câmara Municipal nomeie a engenheira civil Maria Manuel Couto da Silva para diretora de fiscalização da obra.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor vereador Carlos Coutinho.

**Ponto 10 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES NAS PRÉ-PRIMÁRIAS DA BARROSA E SANTO ESTÊVÃO, NA URBANIZAÇÃO CARDAL E DUARTE (ALTERAÇÃO DA 2.ª FASE) – BENAVENTE E EM CANTEIROS NA RUA DA PAPOILÁ – PORTO ALTO”**

**LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA – TERMO DO 1.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.5/04-2010

Adjudicatário: COSTA & LEANDRO, LDA.

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 307/2012, de 04 de dezembro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.ª 2308/12 C/AR RD 0567 6525 1 PT, datada de 20-09-2012 (registo de entrada n.º 13265, de 26-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2.

Quando o prazo de garantia é de 2 anos, como é o caso, a liberação da caução respeitará o n.º 2 do art. 3.º do DL n.º 190/2012, sendo que no termo do último ano do prazo de garantia ocorrerá sempre a liberação dos valores correspondentes à % remanescente, ou seja:

<b>Plano de Liberação de Cauções</b>		
<b>Prazo de garantia da obra</b>	<b>Valor a liberar</b>	
	<b>1.º ano – após receção provisória</b>	<b>2.º ano – após receção provisória</b>
<b>2 anos</b>	30%	70%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de 2.660,20 €, através de Garantia Bancária n.º 2541.001291.993, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., correspondente a 5% do valor da adjudicação.
- 3- Para reforço de caução foi apresentada a Garantia Bancária n.º 251-504-80, emitida pelo Banco Popular Portugal, S.A. no valor de 2.135,57 € e retida nos pagamentos a quantia de 524,63 €, reportando-se 490,83 € ao Auto n.º 2/2011 e 33,80 € ao Auto n.º 3/2012.
- 4- Assim, tendo em conta o referido em 2. e 3., o valor total da caução e reforço de caução traduz-se na importância de **5.320,40 €**.
- 5- Considerando,

- que a receção provisória da obra ocorreu em 07-04-2011;
- as obrigações de garantia, sujeitas ao prazo de 2 (dois) anos;
- ter já decorrido 1 (um) ano do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 25-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação do valor total da caução em 30% e nos seguintes termos:

restituição das quantias retidas nos pagamentos dos autos n.º 2/2011 e n.º 3/2012 na importância de **524,63 €** e redução do valor da Garantia Bancária n.º 251-504-80, emitida pelo Banco Popular Portugal, S.A., em **1.071,49 €** (mil e setenta e um euros e quarenta e nove centésimos), passando a mesma a ter o valor de 1.064,08 € (2.135,57 € - 1.071,49 €).

À consideração superior.

*Maria Manuel Couto da Silva, eng.ª civil*

**Auto de Vistoria**  
***Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do D.L. n.º 190/2012, de 22 de agosto***  
**1.º Ano**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: ***“Execução de arranjos exteriores nas pré-primárias da Barrosa e Santo Estêvão, na Urbanização Cardal e Duarte (alteração 2.ª fase) – Benavente e em canteiros na Rua da Papoila – Porto Alto”***, adjudicada à firma “COSTA & LEANDO, LDA.”, no valor de **53.204,06 € (cinquenta e três mil, duzentos e quatro euros e seis centésimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 30 (trinta) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em treze de setembro de dois mil e dez, compareceram os srs. Carlos António Pinto Coutinho, vereador, Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil, Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil e Fernando Luís da Silva Graça, arquiteto paisagista, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o sr. Fernando Joaquim Melro Leandro, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 2 (dois) anos;
- ✓ ter já decorrido 1 (um) ano, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- ✓ a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro; e ainda;
- ✓ o estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto,

deliberaram os intervenientes, dar por reunidas as condições, para que se proceda à liberação da caução correspondente ao primeiro ano decorrido, **ou seja 30% da caução total.**

Pelo sr. Fernando Joaquim Melro Leandro, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Carlos António Pinto Coutinho, vereador – C.M. Benavente*

*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil – C.M. Benavente*

*Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil – C.M. Benavente*

*Fernando Luís da Silva Graça, arquiteto paisagista – C.M. Benavente*

*Fernando Joaquim Melro Leandro - Representante do empreiteiro*

Despacho do vereador Carlos Coutinho: “À reunião. 07-12-2012”

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

**Ponto 11 - EMPREITADA DE “INSTALAÇÃO DE GRUPO HIDROPRESSOR NO PAVILHÃO DESPORTIVO DA BARROSA, INCLUINDO FORNECIMENTO E MONTAGEM DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TUBAGEM E ACESSÓRIOS”**

**▪ RECEÇÃO DEFINITIVA / RESTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS**

Processo n.º 4.1.2/06 – 2007

Adjudicatário: Construções Torrão, de Sérgio Fernandes Torrão

**Informação D.M.O.U.A.S.U. n.º 313/2012, de 11 de dezembro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de e-mail datado de 2012-09-27 (registo de entrada em 2012-10-01 com o n.º 13508), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1-** Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de 240,00 €, correspondente a 10% do valor da adjudicação, sendo 120,00 € por depósito em dinheiro, conforme guia de recebimento n.º 968, de 2007-08-09, e os restantes 120,00 € por dedução efetuada no pagamento do Auto de Medição n.º 01/2007.
- 2-** Que nos termos do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março, feita a Receção Definitiva de toda a obra, deverão ser restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á pela forma própria, a extinção da caução prestada.
- 3-** Considerando;
  - ter já decorrido o prazo de garantia de cinco (5) anos

- que da vistoria efetuada em 2012-11-13, se verificou que os trabalhos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, pelo que foi elaborado o Auto de Receção Definitiva e que se submete a conhecimento.

julgam-se reunidas as condições que permitam tomar os procedimentos tendentes à restituição da quantia retida no valor de 240,00 €, correspondente a 10% do valor da adjudicação.

*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil*

### **AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos que constituem a Empreitada de **“Instalação de grupo hidropressor no Pavilhão Desportivo da Barrosa, incluindo fornecimento e montagem de instalação elétrica, tubagem e acessórios”**, adjudicada à firma “CONSTRUÇÕES TORRÃO, de Sérgio Fernandes Torrão”, no valor **2.400,00 €** (dois mil e quatrocentos euros), excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 8 (oito) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em catorze de junho de dois mil e sete compareceram os srs. Carlos António Pinto Coutinho, vereador e Maria Manuel Couto Silva, engenheira civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem, na presença do representante do adjudicatário sr. Jorge Manuel da Silva Roque, engenheiro técnico civil, ao exame e vistoria de todos os trabalhos então executados que constituíram a empreitada.

Tendo-se verificado que os mesmos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, deliberam considerar a empreitada em condições de ser recebida definitivamente. E, reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção Definitiva, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (*regime jurídico pelo qual decorreu toda a empreitada*) e que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Carlos António Pinto Coutinho, vereador – CM Benavente*

*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil – CM Benavente*

*Jorge Manuel da Silva Roque, engenheiro técnico civil – Representante do empreiteiro*

Despacho do vereador Carlos Coutinho: “À reunião.12-12-2012”

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

### **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

#### **CANDIDATURA AO QREN / INALENTEJO**

#### **OPERAÇÃO: AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 N.º 1 DE BENAVENTE**

#### **CÓDIGO DA OPERAÇÃO: ALENT-09-0344-FEDER-001782**

#### **APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro

- Código do Procedimento Administrativo - C.P.A., estabelecem uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a necessidade urgente de proceder à celebração do contrato de financiamento da operação em referência
- que do referido contrato de financiamento deverá remetida cópia para o Tribunal de Contas

proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 17 de dezembro de 2012

O presidente da Câmara, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

**Os Pontos Extras 3 e 4 da Ordem do Dia foram apreciados em conjunto.**

**Ponto Extra 3 - CANDIDATURA AO QREN / INALENTEJO**  
**OPERAÇÃO: AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 N.º 1 DE BENAVENTE**  
**CÓDIGO DA OPERAÇÃO: ALENT-09-0344-FEDER-001782**  
**APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO**

**Entre:**

**A Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo, também designado INALENTEJO**, com sede na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sita na Avenida Eng. Arantes e Oliveira, n.º 193, 7004-504 Évora, adiante designada por **Autoridade de Gestão**, representada pelo Presidente da respetiva Comissão Diretiva, António Costa Dieb;

**e**

**Município de Benavente**, Beneficiário da operação aprovada para cofinanciamento pelo FEDER, no âmbito do INALENTEJO, Pessoa Coletiva n.º ....., e sede em ....., representado por ....., que outorga na qualidade de ....., e no uso de poderes legais para este ato, adiante designado por **Beneficiário**<sup>1</sup>;

---

<sup>1</sup> No caso de projetos em parceria, identificar cada beneficiário pela sua designação social



Na sequência de candidatura aprovada para cofinanciamento pelo FEDER, apresentada pelo Beneficiário ao INALENTEJO, ao Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, nos termos do Aviso de Concurso n.º ALENT-03-2011-30, de 19/10/2011, é celebrado o presente Contrato de Financiamento que se rege pelas disposições constantes nas Cláusulas seguintes e, subsidiariamente, pelas disposições legais aplicáveis;

### **Cláusula Primeira** **Objeto**

O presente contrato tem por objeto o cofinanciamento pelo FEDER de uma participação financeira para aplicação na operação n.º ALENT-09-0344-FEDER-001782, designada por Ampliação e requalificação da EB1 n.º 1 de Benavente, nos termos em que foi aprovada e que se considera parte integrante do presente contrato, conforme deliberação da Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão na sua reunião n.º 254 de 07/12/2012.

### **Cláusula Segunda** **Objetivos, Prazos e Indicadores**

1. Constituem objetivos da operação identificada na cláusula primeira do presente Contrato, n.º ALENT-09-0344-FEDER-001782 – Ampliação e requalificação da EB1 n.º 1 de Benavente:
  - o aumento da capacidade da oferta pública do ensino básico em condições adequadas de ensino e aprendizagem;
  - a oportunidade de implementação neste estabelecimento, e não só, do regime de horário normal em detrimento do horário duplo;
  - a consolidação da escola a tempo inteiro.
2. O prazo máximo de realização da operação é de 24 meses contados a partir da data de celebração do contrato de financiamento.
3. Os indicadores de realização e resultado a alcançar pela operação, nos termos em que foi aprovada, são os seguintes:

Indicadores de realização da operação:

- n.º de estabelecimentos ampliados e requalificados: 1
- n.º de salas de aula novas: 5
- n.º de salas remodeladas: 6

Indicadores de impacto de realização da operação

- n.º de alunos: 264

### **Cláusula Terceira** **Custo Total e Participação**

1. O montante de investimento elegível total aprovado para a operação é de 1.391.171,60 € (*um milhão, trezentos e noventa e um mil, cento e setenta e um euros e sessenta centimos*).
2. A participação financeira FEDER aprovada para a operação, no montante de 1.182.495,86 € (*um milhão, cento e oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e oitenta e seis centimos*), corresponde à aplicação de uma taxa de 85% (*oitenta e cinco por cento*), sobre o montante de investimento elegível aprovado, nos termos em que a operação foi aprovada, e que se considera parte integrante do presente Contrato.

3. O montante de investimento elegível total aprovado para a operação, indicado no n.º 1 da presente cláusula, é repartido pelas várias componentes da operação, de acordo com o Anexo I do presente Contrato.

#### **Cláusula Quarta Conta bancária**

1. O Beneficiário obriga-se a dispor de uma conta bancária específica para a movimentação em exclusivo de todos os pagamentos e recebimentos do FEDER, respeitantes à execução da(s) operação(ões), com exceção das operações com um investimento elegível igual ou superior a 2 500 000 €, as quais deverão ser objeto de conta bancária específica própria.
2. Nas situações de ressarcimento de despesas imputadas às ações financiadas, a conta bancária específica poderá ser movimentada por ordem de transferência para outras contas do Beneficiário, desde que os documentos internos que suportem as mesmas se reportem inequivocamente aos documentos registados na contabilidade de custos específica, a manter organizada para esse efeito.
3. As alterações à conta bancária exclusiva só serão aceites pela Autoridade de Gestão quando em presença de declarações assinadas por quem tenha capacidade para obrigar a entidade e desde que as assinaturas sejam reconhecidas nessa qualidade e com poderes para o ato ou selo branco, se se tratar de organismo público.

#### **Cláusula Quinta Condições específicas**

**O pagamento da comparticipação financeira FEDER na despesa elegível realizada e paga pelo Beneficiário fica sujeita à verificação do cumprimento das normas e disposições nacionais e comunitárias aplicáveis, nos termos em que foi aprovada.**

#### **Cláusula Sexta Transferências e Pagamentos**

1. O Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, adiante designado por IFDR,IP efetua transferências diretas ao Beneficiário <sup>2</sup>, por transferência bancária para a conta de depósito à ordem do Beneficiário, constituída nos termos do definido na cláusula quarta, com o seguinte NIB: ..... <sup>3</sup>.
2. As transferências são efetuadas pelo IFDR,IP com base em Pedidos de Pagamento, emitidos pela Autoridade de Gestão, nos termos definidos por este Instituto, podendo revestir as seguintes formas:
  - a) Adiantamento, mediante a apresentação à Autoridade de Gestão pelo Beneficiário de formulário de pedido de pagamento, acompanhado das cópias das respetivas faturas relativas à despesa realizada, ou documentos de natureza comercial equivalente, ficando neste caso o Beneficiário obrigado a apresentar à Autoridade de Gestão, no prazo de 30 dias úteis, contado a partir da data de pagamento do adiantamento, os comprovativos do pagamento integral da despesa que serviu de base ao pagamento do adiantamento (Fatura, Recibo / Ordem de Pagamento, se aplicável, ou documentos de valor probatório equivalente, comprovativo de débito bancário);

---

<sup>2</sup> Despacho Conjunto MEF / MAOTDR n.º 16068/2008, Anexo 4, n.º 1 (D.R. 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2008)

<sup>3</sup> NIB a comprovar por documento emitido pela entidade bancária

- b) Para os organismos da Administração Central, os pagamentos ao beneficiário podem ser efetuados a título de adiantamento, mediante a apresentação à Autoridade de Gestão de pedidos de adiantamento, nas seguintes condições <sup>4</sup>:
- i) No quantitativo de 15% do valor das faturas, ou de documentos de natureza comercial equivalente em cada uma das suas apresentações;
  - ii) A soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não poderá exceder 95% do valor total programado.
- c) Reembolso, na sequência da apresentação de pedidos de pagamento à Autoridade de Gestão, compostos por formulário de pedido de pagamento, acompanhado de cópia dos documentos de despesa realizada e paga pelo Beneficiário (Fatura, Recibo /Ordem de Pagamento, se aplicável ou documentos de valor probatório equivalente, comprovativo de débito bancário);
- d) Saldo final, com a receção do saldo final ao PO, ou antes, observando-se as condições que constam do número 3, seguinte.
3. Os pagamentos ao Beneficiário são efetuados até ao limite de 95% do montante programado, à data, sendo o pagamento do respetivo saldo final (5%), pago após a conclusão física e financeira da operação, apresentação e aprovação do respetivo relatório final, e confirmação da execução da operação, nos termos previstos no contrato, pela Autoridade de Gestão. O pagamento do saldo final será processado em parte ou no todo, na medida das disponibilidades financeiras do IFDR,IP.
4. Os montantes pagos aos beneficiários a título de adiantamento que não sejam por este integralmente utilizados nos prazos e condições fixadas pela AG, devem ser objeto de recuperação, havendo lugar ao pagamento de juros incidentes sobre a parte do adiantamento não utilizada nas condições fixadas.
5. A taxa de juros a que se refere o número anterior é indicada pelo IFDR, IP, de acordo com a taxa de juro praticada pelo IGCP para as operações ativas, desde a data em que tiver sido efetuado o pagamento do adiantamento.
6. A execução dos pedidos de pagamento é assegurada pelo IFDR, IP no prazo de 15 dias após o seu envio pela Autoridade de Gestão, desde que satisfeitas as seguintes condições <sup>5</sup>:
- a) A existência de disponibilidade de tesouraria;
  - b) A suficiência das informações exigíveis na fundamentação do pedido de pagamento;
  - c) A regular situação contributiva e tributária do Beneficiário;
  - d) A inexistência de decisão de suspensão de pagamentos ao Beneficiário.
7. O IFDR,IP dará conhecimento à Autoridade de Gestão <sup>6</sup> dos pagamentos efetuados ao Beneficiário no âmbito da operação.

### **Cláusula Sétima** **Obrigações do Beneficiário**

**Pelo presente contrato o Beneficiário obriga-se a:**

- a) Executar a operação no prazo constante do número dois da cláusula segunda, e nos termos em que foi aprovada que constam do**

<sup>4</sup> Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão, aprovado por Deliberação da CMC de 18.09.2009, artigo 28.º, n.º 1, alínea c)

<sup>5</sup> Despacho Conjunto MEF / MAOTDR n.º 16068/2008, Anexo 4, n.º 1 (D.R. 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2008)

<sup>6</sup> E, nos casos aplicáveis, aos OI responsáveis por subvenções globais

**processo de candidatura e fazem parte integrante do presente contrato;**

- b) Cumprir atempadamente as obrigações legais a que se encontra vinculado, designadamente, decorrentes da sua situação contributiva e tributária, bem assim, a demonstrar ou a permitir o acesso à verificação do cumprimento dessas obrigações por parte das entidades competentes para o efeito;
- c) Fornecer nos prazos estabelecidos todos os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competência para o acompanhamento de execução da operação, avaliação dos resultados e impactes, controlo e auditoria;
- d) Fornecer todos os elementos necessários à caracterização e quantificação dos indicadores de realização e de resultado das operações apoiadas, quando aplicável;
- e) Dispor de um processo relativo à operação candidatada e aprovada, com toda a documentação relacionada com a sua inscrição e execução, devidamente organizado;
- f) Comunicar à Autoridade de Gestão qualquer alteração ou ocorrência relevante que ponha em causa os pressupostos relativos à aprovação da operação;
- g) Manter as condições legais necessárias ao cumprimento das suas obrigações em matéria de licenciamento associado à operação;
- h) Manter a sua situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social; Pode não se justificar face à alínea b) anterior;
- i) Manter a situação regularizada perante a Autoridade de Gestão e a entidade pagadora da comparticipação FEDER (IFDR,IP);
- j) Garantir a criação de um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transações relacionadas com a operação;
- k) Manter a contabilidade organizada de acordo com o POC ou outra regulamentação aplicável;
- l) Por si, ou através dos seus representantes legais ou institucionais, permitir o acesso aos locais de realização do investimento e das ações, e àqueles onde se encontrem os elementos e os documentos necessários, nomeadamente os de despesa, para o acompanhamento e controlo;
- m) Proporcionar às entidades competentes as condições adequadas para a realização das ações de controlo e de auditoria à operação, nas suas componentes regulamentar, contratual, material, financeira e contabilística;
- n) Manter um processo relativo à operação, devidamente organizado, com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e declarações prestadas no âmbito da execução da operação e de fundamentar as opções de investimento apresentadas, bem como todos os documentos comprovativos da realização das despesas de investimento realizadas e pagas, e das auditorias, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, e disponibilizá-lo para consulta sempre que solicitado pelas entidades de gestão e controlo, certificação e auditoria intervenientes no processo de análise, acompanhamento de execução, controlo e auditoria da operação, durante um período de três anos após o encerramento parcial ou de aceitação da Comissão sobre a declaração de encerramento do PO, consoante a fase em que o encerramento da operação tiver sido incluído, a qual será comunicada formalmente ao Beneficiário pela Autoridade de Gestão;
- o) Assegurar que, antes da apresentação do pedido de pagamento, os originais dos documentos de despesa relativos à operação são objeto de

aposição de um carimbo com menção ao PO, eixo prioritário, código universal de projeto QREN, número de lançamento na contabilidade geral, taxa de imputação e rubrica de investimento;

- p) Cumprir integralmente as normas de contratação pública no âmbito da execução da operação, e evidenciar claramente, a articulação entre a despesa realizada e paga declarada e o processo de contratação pública respetivo, quando aplicável;
- q) Cumprir os normativos comunitários e nacionais em matéria de ambiente, igualdade de oportunidades, concorrência e contratação pública;
- r) Proceder à publicitação dos apoios que lhe forem atribuídos respeitando, nomeadamente os termos do artigo 8.º Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro, e demais legislação comunitária, nacional e de gestão aplicável, nomeadamente a Orientação de Gestão sobre esta matéria <sup>7</sup>, disponível no *site* do Programa, e autorizar a publicitação de tais apoios pela Autoridade de Gestão;
- s) Manter o investimento compartilhado afeto à respetiva atividade, e, quando aplicável, com a localização geográfica definida na operação, pelo menos durante cinco anos, contados a partir da conclusão da operação;
- t) Não afetar a outras finalidades, durante o período de vigência do contrato, os bens e serviços adquiridos no âmbito da operação, não podendo igualmente os mesmos ser locados, alienados ou por qualquer modo onerados, no todo ou em parte, sem a autorização prévia;
- u) Proceder à reposição dos montantes objeto de correção financeira decididas pelas entidades competentes em matéria de acompanhamento de execução, controlo e auditoria da operação, nos termos definidos pelas mesmas e que constarão da notificação formal da constituição da dívida, no prazo de 30 dias úteis a contar da data de comunicação da mesma pela Autoridade de Gestão; <sup>8</sup>;
- v) Apresentar Relatórios de Execução da operação <sup>9</sup> à Autoridade de Gestão, com o conteúdo e periodicidade previstos no Anexo IV;
- w) Garantir o cumprimento das disposições regulamentares que se lhe aplicam, bem como à operação a que se refere o presente Contrato;
- x) Não efetuar pagamentos em numerário, no âmbito das transações subjacentes à realização da operação, exceto nas situações em que se revele ser este o meio de pagamento mais frequente, em função da natureza das despesas e desde que num quantitativo unitário inferior a 250 €;
- y) Apresentar o primeiro pedido de pagamento num prazo inferior a 6 meses após a celebração do contrato de financiamento, sem prejuízo de prazos mais curtos que estejam previstos nos Regulamentos Específicos ou na decisão de aprovação da candidatura, salvo em situações excecionais cuja justificação apresentada pelo Beneficiário seja aceite pela AG;
- z) Por regra, apresentar pedidos de pagamento à Autoridade de Gestão, ou ao organismo intermédio responsável pela subvenção global, com períodos não superiores a 3 meses entre os pedidos e não apresentar pedido de pagamento de montante de despesa inferior a 1500 euros no caso de operações imateriais e de 5000 euros para os restantes casos.

<sup>7</sup> Orientação de Gestão n.º 2/2008, disponível no site do INALENTEJO

<sup>8</sup> Despacho Conjunto MEF / MAOTDR n.º 16068/2008, Anexo 6, n.º 5 (D.R. 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2008)

<sup>9</sup> Despacho Conjunto MEF / MAOTDR n.º 16068/2008, Anexo 3, n.º 3, alínea h) (D.R. 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2008)

**Cláusula Oitava**  
**Operações geradoras de receitas**

1. No caso de operações geradoras de receitas aplicam-se as disposições previstas no artigo 55.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.
2. Deverá ser estabelecido um mecanismo de acompanhamento das receitas líquidas geradas pela operação na fase de exploração, a fim de garantir o cumprimento do disposto no n.º 3 e no n.º 4 do artigo 55.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006. Para o efeito, deverá o Beneficiário prestar à Autoridade de Gestão, anualmente, aquando da apresentação do Relatório Anual de Execução previsto no ponto 5.6.2.1. Acompanhamento de Execução Física, do Manual de Procedimentos, se aplicável, e na fase de conclusão da operação, aquando da apresentação do Relatório Final, previsto no ponto 5.7 Encerramento da Operação do Manual de Procedimentos, conforme previsto na alínea v) da cláusula 7.ª. Obrigações do Beneficiário, do presente Contrato de Financiamento, informação atualizada sobre a previsão de receitas líquidas da operação no período de referência considerado.
3. Qualquer alteração nos pressupostos financeiros da candidatura, de iniciativa do Beneficiário ou decorrentes da apreciação de Autoridades Nacionais e Comunitárias, que alterem o quadro de referência do apuramento das receitas líquidas da operação apresentada pelo Beneficiário na candidatura, deverá conduzir à revisão do cálculo das despesas elegíveis aprovadas para a operação, podendo a mesma provocar a redução da comparticipação financeira aprovada para a operação e eventual restituição de fundos comunitários, situação da inteira responsabilidade do Beneficiário.
4. Caso a operação gere receitas durante o seu período de realização não consideradas pelo Beneficiário na candidatura (resultantes de vendas, serviços prestados, direitos de inscrições/propinas ou outras) e/ou durante o período de referência para os investimentos em infraestruturas, o valor atualizado do rendimento líquido do investimento deve ser apurado aquando da conclusão da operação e, caso revele um excedente relativamente ao rendimento líquido previsto na Decisão Favorável de Financiamento, passível de alterar o défice de financiamento subjacente ao cálculo da comparticipação atribuída à operação, o excedente será deduzido ao financiamento comunitário aprovado para a operação.
5. Caso se verifique a situação descrita no número anterior, o Beneficiário compromete-se à devolução da comparticipação comunitária em excesso que tenha sido atribuída à operação, no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da receção da notificação para o efeito.
6. O apuramento das receitas geradas pela operação deve ser comprovado pelos respetivos balancetes contabilísticos.
7. O Beneficiário compromete-se ainda a:
  - a) Informar a Autoridade de Gestão das receitas líquidas geradas ao longo de cinco anos após a conclusão da operação, no caso de não ser possível estimar com antecedência as respetivas receitas, em operações cujo custo total seja superior a 1.000.000 €<sup>10</sup>;

---

<sup>10</sup> Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão (Deliberação aprovada por consulta escrita à CMC em 18.09.2009), art.º 19.º, n.º 4, alínea b)

- b) Informar a Autoridade de Gestão quando as receitas líquidas determinadas para efeito do cálculo de comparticipação sofrerem alteração substancial;
- c) Restituir as comparticipações recebidas em excesso, correspondentes aos montantes que venham a ser devolvidos ao Orçamento Geral da União Europeia na sequência da identificação de receitas que não tenham sido devidamente consideradas no âmbito de pagamentos efetuados à operação.
- d) As informações referidas nas alíneas anteriores deverão ser prestadas, tendo por base um apuramento contabilístico certificado.

**Cláusula Nona**  
**Acompanhamento de execução, controlo e auditoria**

- 1. Sem prejuízo de outros mecanismos de acompanhamento de execução, controlo e auditoria que venham a ser adotados, o Beneficiário aceita o acompanhamento de execução e controlo para verificação da boa execução da operação e cumprimento dos objetivos e das obrigações resultantes do presente contrato, bem como as ações de controlo interno e auditoria, a efetuar pelas entidades com competência para o efeito.
- 2. O Beneficiário obriga-se a permitir, atempadamente, às entidades responsáveis pelo acompanhamento de execução, controlo e auditoria da operação, o acesso aos locais de realização das verificações físicas, técnicas e financeiras, necessárias à comprovação de que o investimento realizado e as obrigações contratuais foram cumpridas e os objetivos da operação foram alcançados nos termos do presente contrato;
- 3. O Beneficiário obriga-se a enviar, atempadamente, às entidades responsáveis pelo acompanhamento de execução, controlo e auditoria da operação, a informação quantitativa e/ou qualitativa relativa à execução da operação que lhe venha a ser solicitada por estas.

**Cláusula Décima**  
**Alterações ao Contrato**

**O Contrato pode ser objeto de alteração, por motivos devidamente justificados, por iniciativa de uma das partes, nos seguintes casos:**

- a) Alteração substancial das condições de enquadramento da operação / mercado, incluindo as financeiras, que justifiquem uma interrupção do investimento ou uma alteração do calendário da sua realização;
- b) Alteração da operação que implique modificação do montante de investimento elegível aprovado;
- c) Alteração imprevisível dos pressupostos contratuais;
- d) A alteração ao Contrato, quando solicitado pelo Beneficiário, será efetuada através de submissão de proposta de reprogramação (temporal, física ou financeira) em formulário disponível para o efeito, e revestir-se-á da forma de adenda ao mesmo.

**Cláusula Décima Primeira**  
**Cessão da Posição Contratual**

**A cessão da posição contratual do Beneficiário só pode ter lugar por motivos devidamente justificados e após autorização da Autoridade de Gestão, na sequência da verificação do cumprimento das condições de admissibilidade e aceitação da entidade cessionária.**

### **Cláusula Décima Segunda** **Mora no Cumprimento das Obrigações**

No caso de mora no cumprimento de qualquer obrigação ou condição que não conduza à resolução do Contrato, o pagamento da comparticipação financeira FEDER suspende-se após notificação da Autoridade de Gestão <sup>11</sup>, pelo período de tempo em que a mora se mantiver.

### **Cláusula Décima Terceira** **Resolução do Contrato**

1. O Contrato pode ser resolvido unilateralmente pela Autoridade de Gestão sempre que se verifique, pelo menos, uma das seguintes situações, imputáveis ao Beneficiário:
  - a) Não cumprimento das suas obrigações contratuais e/ou dos objetivos da operação, incluindo os prazos relativos ao início da realização do investimento e da sua conclusão;
  - b) Não cumprimento das suas obrigações legais, nomeadamente as fiscais e para com a segurança social;
  - c) Prestação de informações falsas sobre a sua situação ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e/ou acompanhamento de execução da operação;
  - d) Não comunicação ou aceitação pela Autoridade de Gestão das alterações aos elementos determinantes da decisão de aprovação;
  - e) Recusa da submissão ao controlo e auditoria a que se encontram legalmente sujeitos.
2. A resolução do Contrato implica a devolução do montante de apoio financeiro já recebido, a que poderão acrescer juros compensatórios calculados à taxa legal em vigor, no prazo de 30 dias úteis a contar da data de receção da notificação de resolução, findo o qual serão acrescidos de juros de mora à taxa em vigor para as dívidas ao Estado.
3. Quando a resolução do Contrato se verificar pelo motivo referido na alínea c) do n.º 1, o Beneficiário em incumprimento não poderá beneficiar de quaisquer outros apoios do FEDER pelo período de dois anos.

### **Cláusula Décima Quarta** **Restituições**

1. Quando se justificar a recuperação de montantes indevidamente pagos ou não justificados, a respetiva restituição será efetuada através da compensação com créditos já apurados ou passíveis de apuramento a curto prazo, relativos à mesma operação, salvaguardando o disposto no n.º 3 do art.º 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho.
2. Na impossibilidade de ser efetuada a compensação prevista no número anterior, a entidade responsável pela recuperação, que é a entidade que efetuou o pagamento, notificará o beneficiário sobre o montante a restituir, o respetivo prazo e a fundamentação da decisão.
3. As entidades beneficiárias devem restituir os montantes em causa no prazo de 30 dias úteis a contar da data de receção da notificação efetuada pela entidade responsável pela recuperação, em execução da decisão da Autoridade de Gestão,

---

<sup>11</sup> Ou Organismo Intermédio



após o que os mesmos são acrescidos de juros de mora à taxa em vigor para as dívidas ao Estado.

4. Sempre que os beneficiários obrigados à restituição de qualquer quantia recebida não cumpram a sua obrigação no prazo estipulado, é a mesma realizada através de execução fiscal, a promover nos termos da legislação aplicável.
5. A restituição pode ser faseada, até ao limite de 3 anos, não podendo em caso algum ultrapassar a data-limite para encerramento das operações, que venha a ser definida pela Autoridade de Gestão, mediante prestação de garantia bancária e autorização da Autoridade de Gestão e Autoridade de Pagamento, vencendo-se juros de mora, à taxa legal em vigor para as dívidas ao Estado, até ao deferimento do pedido de restituição faseada, caso este ocorra após o termo do prazo previsto no número 3 desta Cláusula.

#### **Cláusula Décima Quinta Encargos com o Contrato**

1. São da responsabilidade do Beneficiário todas e quaisquer despesas e encargos, nomeadamente de ordem fiscal, que resultarem da celebração, cumprimento ou execução do presente Contrato.
2. São ainda da conta do Beneficiário todas as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo honorários de advogado ou solicitador que a Autoridade de Gestão haja de efetuar para garantir a cobrança de tudo quanto constitua o seu crédito.

#### **Cláusula Décima Sexta Vigência**

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura.
2. O termo de vigência deste Contrato ocorre com o integral cumprimento de todas as obrigações de conteúdo positivo ou negativo dele emergentes.

#### **Cláusula Décima Sétima Anexos**

Fazem ainda parte do presente Contrato os seguintes anexos:

Anexo I – Plano Financeiro da operação

Anexo II – Objetivos da operação

Anexo III – Indicadores e metas de realização e de resultado

Anexo IV – Relatórios – Conteúdo e Periodicidade

O presente Contrato e os anexos que o integram são assinados em três exemplares originais, destinando-se um deles ao Beneficiário, e o outro à Autoridade de Gestão.

O Beneficiário

A Autoridade de Gestão

Évora, .../.../...

#### **Anexo I**

#### **Plano Financeiro da Operação**

Plano Financeiro			
Fontes de Financiamento	2011 (€)	2012 (€)	Total
Componente FEDER	20.005,64	1.162.490,22	1.182.495,86
Contrapartida Nacional:		-	
OE		-	
AL	3.530,41	205.145,33	208.675,74
EP		-	
Outros		-	
Participação Privada		-	
<b>Investimento Elegível Total</b>	<b>23.536,05</b>	<b>1.367.635,55</b>	<b>1.391.171,60</b>
Investimento Não Elegível Total		64.858,75	64.858,75
<b>Investimento Total</b>	<b>23.536,05</b>	<b>1.432.494,30</b>	<b>1.456.030,35</b>

#### Programação Financeira por Componente

Componentes	2011	2012	Investimento Total Elegível
Projeto Técnico	23.536,05 €	23.536,05 €	47.072,10 €
Empreitada de Execução (inclui arranjos exteriores e revisão de preços)	- €	1.297.175,00 €	1.297.175,00 €
Estudo geotécnico		1.291,50 €	1.291,50 €
Mobiliário Escolar	- €	21.033,00 €	21.033,00 €
Material Didático	- €	6.765,00 €	6.765,00 €
Equipamento Informático	- €	17.835,00 €	17.835,00 €
<b>Total Elegível</b>	<b>23.536,05 €</b>	<b>1.367.635,55 €</b>	<b>1.391.171,60 €</b>

### Anexo II Objetivos da Operação

#### Objetivos

- Aumento da oferta de educação pré-escolar pública e do 1.º ciclo do ensino básico;
- Eliminação de regimes duplos de funcionamento, de forma a consolidar o objetivo da escola a tempo inteiro;

### Anexo III Indicadores e metas de realização e de resultado

Indicadores de realização da operação:

- N.º de estabelecimentos ampliados e requalificados: 1
- N.º de salas de aula novas: 5
- N.º de salas remodeladas: 6

Indicadores de resultado:

- N.º de alunos do 1.º ciclo do ensino básico - 264

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO observou que as obras de ampliação e requalificação das escolas básicas de Benavente e de Samora Correia irão ser financiadas a oitenta e cinco por cento, sendo que as minutas em apreço cumprem as regras e os regulamentos de financiamento. Tratando-se de um processo burocrático que infelizmente se arrastou no tempo, manifestou a expectativa de que seja possível concluir as obras no início do próximo ano letivo, uma vez que as respetivas empreitadas já se encontram adjudicadas.

A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA questionou se a razão do anexo 1 relativo ao plano financeiro da operação e respetiva programação financeira mencionar os anos de dois mil e onze e dois mil e doze se deve ao facto do processo burocrático se ter arrastado.

O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO explicitou que a candidatura foi apresentada e aprovada nesses termos, sendo que apenas com uma reprogramação posterior se efetuará a alteração quer dos prazos, quer mesmo dos valores, porquanto as obras foram adjudicadas por montantes inferiores aos constantes nas minutas em apreço.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do contrato de financiamento da operação de ampliação e requalificação da EB1 n.º 1 de Benavente, a que corresponde o código ALENT-09-0344-FEDER-001782, e autorizar o senhor presidente da Câmara Municipal a outorgar no mesmo.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **CANDIDATURA AO QREN / INALENTEJO**

#### **OPERAÇÃO: AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 FONTE DOS ESCUDEIROS, EM SAMORA CORREIA**

#### **CÓDIGO DA OPERAÇÃO: ALENT-09-0344-FEDER-001783**

#### **APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo - C.P.A., estabelecem uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

- a necessidade urgente de proceder à celebração do contrato de financiamento da operação em referência
- que do referido contrato de financiamento deverá remetida cópia para o Tribunal de Contas

proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 17 de dezembro de 2012

O presidente da Câmara, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

**Ponto Extra 4 - CANDIDATURA AO QREN / INALENTEJO**  
**OPERAÇÃO: AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 FONTE DOS**  
**ESCUDEIROS, EM SAMORA CORREIA**  
**CÓDIGO DA OPERAÇÃO: ALENT-09-0344-FEDER-001783**  
**APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO**

**Entre:**

**A Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo, também designado INALENTEJO**, com sede na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sita na Avenida Eng. Arantes e Oliveira, n.º 193, 7004-504 Évora, adiante designada por **Autoridade de Gestão**, representada pelo Presidente da respetiva Comissão Diretiva, António Costa Dieb;

**e**

**Município de Benavente**, Beneficiário da operação aprovada para cofinanciamento pelo FEDER, no âmbito do INALENTEJO, Pessoa Coletiva n.º ....., e sede em ....., representado por ....., que outorga na qualidade de ....., e no uso de poderes legais para este ato, adiante designado por **Beneficiário** <sup>12</sup>;

Na sequência de candidatura aprovada para cofinanciamento pelo FEDER, apresentada pelo Beneficiário ao INALENTEJO, ao Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, nos termos do Aviso de Concurso n.º ALENT-03-2011-30, de 19/10/2011, é celebrado o presente Contrato de Financiamento que se rege pelas disposições constantes nas Cláusulas seguintes e, subsidiariamente, pelas disposições legais aplicáveis;

**Cláusula Primeira**  
**Objeto**

O presente contrato tem por objeto o cofinanciamento pelo FEDER de uma participação financeira para aplicação na operação n.º ALENT-09-0344-FEDER-001783, designada por Ampliação e requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em

---

<sup>12</sup> No caso de projetos em parceria, identificar cada beneficiário pela sua designação social

Samora Correia, nos termos em que foi aprovada e que se considera parte integrante do presente contrato, conforme deliberação da Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão na sua reunião n.º 254 de 07/12/2012.

### **Cláusula Segunda** **Objetivos, Prazos e Indicadores**

1. Constituem objetivos da operação identificada na cláusula primeira do presente Contrato, n.º ALENT-09-0344-FEDER-001783 – Ampliação e requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia:
  - Aumento da oferta de educação pré-escolar pública e do 1.º ciclo do ensino básico;
  - Eliminação de regimes duplos de funcionamento, de forma a consolidar o objetivo da escola a tempo inteiro;
3. O prazo máximo de realização da operação é de 24 meses contados a partir da data de celebração do contrato de financiamento.
4. Os indicadores de realização e resultado a alcançar pela operação, nos termos em que foi aprovada, são os seguintes:

Indicadores de realização da operação:

- N.º novos centros escolares ampliados/requalificados- 1
- N.º de Salas novas para o 1.º ciclo – 3
- N.º de Salas requalificadas – 4

Indicadores de resultado:

- N.º de alunos do 1.º ciclo do ensino básico - 168

### **Cláusula Terceira** **Custo Total e Comparticipação**

1. O montante de investimento elegível total aprovado para a operação é de 924.308,50 € (*novecentos e vinte e quatro mil, trezentos e oito euros e cinquenta cêntimos*).
2. A comparticipação financeira FEDER aprovada para a operação, no montante de 785.662,23 € (*setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e dois euros e vinte e três cêntimos*), corresponde à aplicação de uma taxa de 85% (*oitenta e cinco por cento*), sobre o montante de investimento elegível aprovado, nos termos em que a operação foi aprovada, e que se considera parte integrante do presente Contrato.
3. O montante de investimento elegível total aprovado para a operação, indicado no n.º 1 da presente cláusula, é repartido pelas várias componentes da operação, de acordo com o Anexo I do presente Contrato.

### **Cláusula Quarta** **Conta bancária**

1. O Beneficiário obriga-se a dispor de uma conta bancária específica para a movimentação em exclusivo de todos os pagamentos e recebimentos do FEDER, respeitantes à execução da(s) operação(ões), com exceção das operações com um investimento elegível igual ou superior a 2 500 000 €, as quais deverão ser objeto de conta bancária específica própria.
2. Nas situações de ressarcimento de despesas imputadas às ações financiadas, a conta bancária específica poderá ser movimentada por ordem de transferência para outras contas do Beneficiário, desde que os documentos internos que

suportem as mesmas se reportem inequivocamente aos documentos registados na contabilidade de custos específica, a manter organizada para esse efeito.

3. As alterações à conta bancária exclusiva só serão aceites pela Autoridade de Gestão quando em presença de declarações assinadas por quem tenha capacidade para obrigar a entidade e desde que as assinaturas sejam reconhecidas nessa qualidade e com poderes para o ato ou selo branco, se se tratar de organismo público.

#### **Cláusula Quinta** **Condições específicas**

**O pagamento da comparticipação financeira FEDER na despesa elegível realizada e paga pelo Beneficiário fica sujeita à verificação do cumprimento das normas e disposições nacionais e comunitárias aplicáveis, nos termos em que foi aprovada.**

#### **Cláusula Sexta** **Transferências e Pagamentos**

**O Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, adiante designado por IFDR,IP efetua transferências diretas ao Beneficiário <sup>13</sup>, por transferência bancária para a conta de depósito à ordem do Beneficiário, constituída nos termos do definido na cláusula quarta, com o seguinte NIB:**  
.....<sup>14</sup>.

1. As transferências são efetuadas pelo IFDR,IP com base em Pedidos de Pagamento, emitidos pela Autoridade de Gestão, nos termos definidos por este Instituto, podendo revestir as seguintes formas:
  - a) Adiantamento, mediante a apresentação à Autoridade de Gestão pelo Beneficiário de formulário de pedido de pagamento, acompanhado das cópias das respetivas faturas relativas à despesa realizada, ou documentos de natureza comercial equivalente, ficando neste caso o Beneficiário obrigado a apresentar à Autoridade de Gestão, no prazo de 30 dias úteis, contado a partir da data de pagamento do adiantamento, os comprovativos do pagamento integral da despesa que serviu de base ao pagamento do adiantamento (Fatura, Recibo / Ordem de Pagamento, se aplicável, ou documentos de valor probatório equivalente, comprovativo de débito bancário);
  - b) Para os organismos da Administração Central, os pagamentos ao beneficiário podem ser efetuados a título de adiantamento, mediante a apresentação à Autoridade de Gestão de pedidos de adiantamento, nas seguintes condições <sup>15</sup>:
    - i) No quantitativo de 15% do valor das faturas, ou de documentos de natureza comercial equivalente em cada uma das suas apresentações;
    - ii) A soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não poderá exceder 95% do valor total programado.
  - c) Reembolso, na sequência da apresentação de pedidos de pagamento à Autoridade de Gestão, compostos por formulário de pedido de pagamento,

<sup>13</sup> Despacho Conjunto MEF / MAOTDR n.º 16068/2008, Anexo 4, n.º 1 (D.R. 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2008)

<sup>14</sup> NIB a comprovar por documento emitido pela entidade bancária

<sup>15</sup> Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão, aprovado por Deliberação da CMC de 18.09.2009, artigo 28.º, n.º 1, alínea c)

- acompanhado de cópia dos documentos de despesa realizada e paga pelo Beneficiário (Fatura, Recibo /Ordem de Pagamento, se aplicável ou documentos de valor probatório equivalente, comprovativo de débito bancário);
- d) Saldo final, com a receção do saldo final ao PO, ou antes, observando-se as condições que constam do número 3, seguinte.
2. Os pagamentos ao Beneficiário são efetuados até ao limite de 95% do montante programado, à data, sendo o pagamento do respetivo saldo final (5%), pago após a conclusão física e financeira da operação, apresentação e aprovação do respetivo relatório final, e confirmação da execução da operação, nos termos previstos no contrato, pela Autoridade de Gestão. O pagamento do saldo final será processado em parte ou no todo, na medida das disponibilidades financeiras do IFDR,IP.
3. Os montantes pagos aos beneficiários a título de adiantamento que não sejam por este integralmente utilizados nos prazos e condições fixadas pela AG, devem ser objeto de recuperação, havendo lugar ao pagamento de juros incidentes sobre a parte do adiantamento não utilizada nas condições fixadas.
4. A taxa de juros a que se refere o número anterior é indicada pelo IFDR, IP, de acordo com a taxa de juro praticada pelo IGCP para as operações ativas, desde a data em que tiver sido efetuado o pagamento do adiantamento.
5. A execução dos pedidos de pagamento é assegurada pelo IFDR, IP no prazo de 15 dias após o seu envio pela Autoridade de Gestão, desde que satisfeitas as seguintes condições <sup>16</sup> :
- a. A existência de disponibilidade de tesouraria;
  - b. A suficiência das informações exigíveis na fundamentação do pedido de pagamento;
  - c. A regular situação contributiva e tributária do Beneficiário;
  - d. A inexistência de decisão de suspensão de pagamentos ao Beneficiário.
6. O IFDR,IP dará conhecimento à Autoridade de Gestão <sup>17</sup> dos pagamentos efetuados ao Beneficiário no âmbito da operação.

### **Cláusula Sétima** **Obrigações do Beneficiário**

**Pelo presente contrato o Beneficiário obriga-se a:**

- a) **Executar a operação no prazo constante do número dois da cláusula segunda, e nos termos em que foi aprovada que constam do processo de candidatura e fazem parte integrante do presente contrato;**
- b) Cumprir atempadamente as obrigações legais a que se encontra vinculado, designadamente, decorrentes da sua situação contributiva e tributária, bem assim, a demonstrar ou a permitir o acesso à verificação do cumprimento dessas obrigações por parte das entidades competentes para o efeito;
- c) Fornecer nos prazos estabelecidos todos os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competência para o acompanhamento de execução da operação, avaliação dos resultados e impactes, controlo e auditoria;

---

<sup>16</sup> Despacho Conjunto MEF / MAOTDR n.º 16068/2008, Anexo 4, n.º 1 (D.R. 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2008)

<sup>17</sup> E, nos casos aplicáveis, aos OI responsáveis por subvenções globais

- d) Fornecer todos os elementos necessários à caracterização e quantificação dos indicadores de realização e de resultado das operações apoiadas, quando aplicável;
- e) Dispor de um processo relativo à operação candidatada e aprovada, com toda a documentação relacionada com a sua inscrição e execução, devidamente organizado;
- f) Comunicar à Autoridade de Gestão qualquer alteração ou ocorrência relevante que ponha em causa os pressupostos relativos à aprovação da operação;
- g) Manter as condições legais necessárias ao cumprimento das suas obrigações em matéria de licenciamento associado à operação;
- h) Manter a sua situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social; Pode não se justificar face à alínea b) anterior;
- i) Manter a situação regularizada perante a Autoridade de Gestão e a entidade pagadora da participação FEDER (IFDR,IP);
- j) Garantir a criação de um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transações relacionadas com a operação;
- k) Manter a contabilidade organizada de acordo com o POC ou outra regulamentação aplicável;
- l) Por si, ou através dos seus representantes legais ou institucionais, permitir o acesso aos locais de realização do investimento e das ações, e àqueles onde se encontrem os elementos e os documentos necessários, nomeadamente os de despesa, para o acompanhamento e controlo;
- m) Proporcionar às entidades competentes as condições adequadas para a realização das ações de controlo e de auditoria à operação, nas suas componentes regulamentar, contratual, material, financeira e contabilística;
- n) Manter um processo relativo à operação, devidamente organizado, com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e declarações prestadas no âmbito da execução da operação e de fundamentar as opções de investimento apresentadas, bem como todos os documentos comprovativos da realização das despesas de investimento realizadas e pagas, e das auditorias, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, e disponibilizá-lo para consulta sempre que solicitado pelas entidades de gestão e controlo, certificação e auditoria intervenientes no processo de análise, acompanhamento de execução, controlo e auditoria da operação, durante um período de três anos após o encerramento parcial ou de aceitação da Comissão sobre a declaração de encerramento do PO, consoante a fase em que o encerramento da operação tiver sido incluído, a qual será comunicada formalmente ao Beneficiário pela Autoridade de Gestão;
- o) Assegurar que, antes da apresentação do pedido de pagamento, os originais dos documentos de despesa relativos à operação são objeto de aposição de um carimbo com menção ao PO, eixo prioritário, código universal de projeto QREN, número de lançamento na contabilidade geral, taxa de imputação e rubrica de investimento;
- p) Cumprir integralmente as normas de contratação pública no âmbito da execução da operação, e evidenciar claramente, a articulação entre a despesa realizada e paga declarada e o processo de contratação pública respetivo, quando aplicável;
- q) Cumprir os normativos comunitários e nacionais em matéria de ambiente, igualdade de oportunidades, concorrência e contratação pública;



- r) Proceder à publicitação dos apoios que lhe forem atribuídos respeitando, nomeadamente os termos do artigo 8.º Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de dezembro, e demais legislação comunitária, nacional e de gestão aplicável, nomeadamente a Orientação de Gestão sobre esta matéria <sup>18</sup>, disponível no *site* do Programa, e autorizar a publicitação de tais apoios pela Autoridade de Gestão;
- s) Manter o investimento participado afeto à respetiva atividade, e, quando aplicável, com a localização geográfica definida na operação, pelo menos durante cinco anos, contados a partir da conclusão da operação;
- t) Não afetar a outras finalidades, durante o período de vigência do contrato, os bens e serviços adquiridos no âmbito da operação, não podendo igualmente os mesmos ser locados, alienados ou por qualquer modo onerados, no todo ou em parte, sem a autorização prévia;
- u) Proceder à reposição dos montantes objeto de correção financeira decididas pelas entidades competentes em matéria de acompanhamento de execução, controlo e auditoria da operação, nos termos definidos pelas mesmas e que constarão da notificação formal da constituição da dívida, no prazo de 30 dias úteis a contar da data de comunicação da mesma pela Autoridade de Gestão; <sup>19</sup>;
- v) Apresentar Relatórios de Execução da operação <sup>20</sup> à Autoridade de Gestão, com o conteúdo e periodicidade previstos no Anexo IV;
- w) Garantir o cumprimento das disposições regulamentares que se lhe aplicam, bem como à operação a que se refere o presente Contrato;
- x) Não efetuar pagamentos em numerário, no âmbito das transações subjacentes à realização da operação, exceto nas situações em que se revele ser este o meio de pagamento mais frequente, em função da natureza das despesas e desde que num quantitativo unitário inferior a 250 €;
- y) Apresentar o primeiro pedido de pagamento num prazo inferior a 6 meses após a celebração do contrato de financiamento, sem prejuízo de prazos mais curtos que estejam previstos nos Regulamentos Específicos ou na decisão de aprovação da candidatura, salvo em situações excecionais cuja justificação apresentada pelo Beneficiário seja aceite pela AG;
- z) Por regra, apresentar pedidos de pagamento à Autoridade de Gestão, ou ao organismo intermédio responsável pela subvenção global, com períodos não superiores a 3 meses entre os pedidos e não apresentar pedido de pagamento de montante de despesa inferior a 1500 euros no caso de operações imateriais e de 5000 euros para os restantes casos.

#### **Cláusula Oitava** **Operações geradoras de receitas**

- 1. No caso de operações geradoras de receitas aplicam-se as disposições previstas no artigo 55.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho.**
- 2. Deverá ser estabelecido um mecanismo de acompanhamento das receitas líquidas geradas pela operação na fase de exploração, a fim de garantir o**

---

<sup>18</sup> Orientação de Gestão n.º 2/2008, disponível no site do INALENTEJO

<sup>19</sup> Despacho Conjunto MEF / MAOTDR n.º 16068/2008, Anexo 6, n.º 5 (D.R. 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2008)

<sup>20</sup> Despacho Conjunto MEF / MAOTDR n.º 16068/2008, Anexo 3, n.º 3, alínea h) (D.R. 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2008)

cumprimento do disposto no n.º 3 e no n.º 4 do artigo 55.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006. Para o efeito, deverá o Beneficiário prestar à Autoridade de Gestão, anualmente, aquando da apresentação do Relatório Anual de Execução previsto no ponto 5.6.2.1. Acompanhamento de Execução Física, do Manual de Procedimentos, se aplicável, e na fase de conclusão da operação, aquando da apresentação do Relatório Final, previsto no ponto 5.7 Encerramento da Operação do Manual de Procedimentos, conforme previsto na alínea v) da cláusula 7.ª. Obrigações do Beneficiário, do presente Contrato de Financiamento, informação atualizada sobre a previsão de receitas líquidas da operação no período de referência considerado.

3. Qualquer alteração nos pressupostos financeiros da candidatura, de iniciativa do Beneficiário ou decorrentes da apreciação de Autoridades Nacionais e Comunitárias, que alterem o quadro de referência do apuramento das receitas líquidas da operação apresentada pelo Beneficiário na candidatura, deverá conduzir à revisão do cálculo das despesas elegíveis aprovadas para a operação, podendo a mesma provocar a redução da comparticipação financeira aprovada para a operação e eventual restituição de fundos comunitários, situação da inteira responsabilidade do Beneficiário.
4. Caso a operação gere receitas durante o seu período de realização não consideradas pelo Beneficiário na candidatura (resultantes de vendas, serviços prestados, direitos de inscrições/propinas ou outras) e/ou durante o período de referência para os investimentos em infraestruturas, o valor atualizado do rendimento líquido do investimento deve ser apurado aquando da conclusão da operação e, caso revele um excedente relativamente ao rendimento líquido previsto na Decisão Favorável de Financiamento, passível de alterar o défice de financiamento subjacente ao cálculo da comparticipação atribuída à operação, o excedente será deduzido ao financiamento comunitário aprovado para a operação.
5. Caso se verifique a situação descrita no número anterior, o Beneficiário compromete-se à devolução da comparticipação comunitária em excesso que tenha sido atribuída à operação, no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da receção da notificação para o efeito.
6. O apuramento das receitas geradas pela operação deve ser comprovado pelos respetivos balancetes contabilísticos.
7. O Beneficiário compromete-se ainda a:
  - a) Informar a Autoridade de Gestão das receitas líquidas geradas ao longo de cinco anos após a conclusão da operação, no caso de não ser possível estimar com antecedência as respetivas receitas, em operações cujo custo total seja superior a 1.000.000 € <sup>21</sup>;
  - b) Informar a Autoridade de Gestão quando as receitas líquidas determinadas para efeito do cálculo de comparticipação sofrerem alteração substancial;
  - c) Restituir as comparticipações recebidas em excesso, correspondentes aos montantes que venham a ser devolvidos ao Orçamento Geral da União Europeia na sequência da identificação de receitas que não tenham sido devidamente consideradas no âmbito de pagamentos efetuados à operação.
  - d) As informações referidas nas alíneas anteriores deverão ser prestadas, tendo por base um apuramento contabilístico certificado.

---

<sup>21</sup> Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão (Deliberação aprovada por consulta escrita à CMC em 18.09.2009), art.º 19.º, n.º 4, alínea b)

**Cláusula Nona**  
**Acompanhamento de execução, controlo e auditoria**

1. Sem prejuízo de outros mecanismos de acompanhamento de execução, controlo e auditoria que venham a ser adotados, o Beneficiário aceita o acompanhamento de execução e controlo para verificação da boa execução da operação e cumprimento dos objetivos e das obrigações resultantes do presente contrato, bem como as ações de controlo interno e auditoria, a efetuar pelas entidades com competência para o efeito.
2. O Beneficiário obriga-se a permitir, atempadamente, às entidades responsáveis pelo acompanhamento de execução, controlo e auditoria da operação, o acesso aos locais de realização das verificações físicas, técnicas e financeiras, necessárias à comprovação de que o investimento realizado e as obrigações contratuais foram cumpridas e os objetivos da operação foram alcançados nos termos do presente contrato;
3. O Beneficiário obriga-se a enviar, atempadamente, às entidades responsáveis pelo acompanhamento de execução, controlo e auditoria da operação, a informação quantitativa e/ou qualitativa relativa à execução da operação que lhe venha a ser solicitada por estas.

**Cláusula Décima**  
**Alterações ao Contrato**

**O Contrato pode ser objeto de alteração, por motivos devidamente justificados, por iniciativa de uma das partes, nos seguintes casos:**

- a) Alteração substancial das condições de enquadramento da operação / mercado, incluindo as financeiras, que justifiquem uma interrupção do investimento ou uma alteração do calendário da sua realização;
- b) Alteração da operação que implique modificação do montante de investimento elegível aprovado;
- c) Alteração imprevisível dos pressupostos contratuais;
- d) A alteração ao Contrato, quando solicitado pelo Beneficiário, será efetuada através de submissão de proposta de reprogramação (temporal, física ou financeira) em formulário disponível para o efeito, e revestir-se-á da forma de adenda ao mesmo.

**Cláusula Décima Primeira**  
**Cessão da Posição Contratual**

**A cessão da posição contratual do Beneficiário só pode ter lugar por motivos devidamente justificados e após autorização da Autoridade de Gestão, na sequência da verificação do cumprimento das condições de admissibilidade e aceitação da entidade cessionária.**

**Cláusula Décima Segunda**  
**Mora no Cumprimento das Obrigações**

No caso de mora no cumprimento de qualquer obrigação ou condição que não conduza à resolução do Contrato, o pagamento da participação financeira FEDER suspende-se após notificação da Autoridade de Gestão <sup>22</sup>, pelo período de tempo em que a mora se mantiver.

---

<sup>22</sup> Ou Organismo Intermédio

### **Cláusula Décima Terceira Resolução do Contrato**

4. O Contrato pode ser resolvido unilateralmente pela Autoridade de Gestão sempre que se verifique, pelo menos, uma das seguintes situações, imputáveis ao Beneficiário:
  - a) Não cumprimento das suas obrigações contratuais e/ou dos objetivos da operação, incluindo os prazos relativos ao início da realização do investimento e da sua conclusão;
  - b) Não cumprimento das suas obrigações legais, nomeadamente as fiscais e para com a segurança social;
  - c) Prestação de informações falsas sobre a sua situação ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e/ou acompanhamento de execução da operação;
  - d) Não comunicação ou aceitação pela Autoridade de Gestão das alterações aos elementos determinantes da decisão de aprovação;
  - e) Recusa da submissão ao controlo e auditoria a que se encontram legalmente sujeitos.
  - f) A resolução do Contrato implica a devolução do montante de apoio financeiro já recebido, a que poderão acrescer juros compensatórios calculados à taxa legal em vigor, no prazo de 30 dias úteis a contar da data de receção da notificação de resolução, findo o qual serão acrescidos de juros de mora à taxa em vigor para as dívidas ao Estado.
  - g) Quando a resolução do Contrato se verificar pelo motivo referido na alínea c) do n.º 1, o Beneficiário em incumprimento não poderá beneficiar de quaisquer outros apoios do FEDER pelo período de dois anos.

### **Cláusula Décima Quarta Restituições**

1. Quando se justificar a recuperação de montantes indevidamente pagos ou não justificados, a respetiva restituição será efetuada através da compensação com créditos já apurados ou passíveis de apuramento a curto prazo, relativos à mesma operação, salvaguardando o disposto no n.º 3 do art.º 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho.
2. Na impossibilidade de ser efetuada a compensação prevista no número anterior, a entidade responsável pela recuperação, que é a entidade que efetuou o pagamento, notificará o beneficiário sobre o montante a restituir, o respetivo prazo e a fundamentação da decisão.
3. As entidades beneficiárias devem restituir os montantes em causa no prazo de 30 dias úteis a contar da data de receção da notificação efetuada pela entidade responsável pela recuperação, em execução da decisão da Autoridade de Gestão, após o que os mesmos são acrescidos de juros de mora à taxa em vigor para as dívidas ao Estado.
4. Sempre que os beneficiários obrigados à restituição de qualquer quantia recebida não cumpram a sua obrigação no prazo estipulado, é a mesma realizada através de execução fiscal, a promover nos termos da legislação aplicável.
5. A restituição pode ser faseada, até ao limite de 3 anos, não podendo em caso algum ultrapassar a data-limite para encerramento das operações, que venha a ser definida pela Autoridade de Gestão, mediante prestação de garantia bancária e autorização da Autoridade de Gestão e Autoridade de Pagamento, vencendo-se juros de mora, à taxa legal em vigor para as dívidas ao Estado, até ao deferimento

do pedido de restituição faseada, caso este ocorra após o termo do prazo previsto no número 3 desta Cláusula.

**Cláusula Décima Quinta**  
**Encargos com o Contrato**

1. São da responsabilidade do Beneficiário todas e quaisquer despesas e encargos, nomeadamente de ordem fiscal, que resultarem da celebração, cumprimento ou execução do presente Contrato.
2. São ainda da conta do Beneficiário todas as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo honorários de advogado ou solicitador que a Autoridade de Gestão haja de efetuar para garantir a cobrança de tudo quanto constitua o seu crédito.

**Cláusula Décima Sexta**  
**Vigência**

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura.
2. O termo de vigência deste Contrato ocorre com o integral cumprimento de todas as obrigações de conteúdo positivo ou negativo dele emergentes.

**Cláusula Décima Sétima**  
**Anexos**

Fazem ainda parte do presente Contrato os seguintes anexos:

Anexo I – Plano Financeiro da operação

Anexo II – Objetivos da operação

Anexo III – Indicadores e metas de realização e de resultado

Anexo IV – Relatórios – Conteúdo e Periodicidade

O presente Contrato e os anexos que o integram são assinados em três exemplares originais, destinando-se um deles ao Beneficiário, e o outro à Autoridade de Gestão.

O Beneficiário

A Autoridade de Gestão

Évora, .../.../...

**Anexo I**

**Plano Financeiro da Operação**

Fontes de Financiamento	2011	2012	Total
Componente FEDER	18.609,90	767.052,33	785.662,23
Contrapartida Nacional:			
OE			
AL	3.284,10	135.362,18	138.646,28
EP			
Outros			
Participação Privada			

<b>Investimento Elegível Total</b>	<b>21.894,00</b>	<b>902.414,50</b>	<b>924.308,50</b>
Investimento Não Elegível Total		42.442,40	42.442,40
<b>Investimento Total</b>	<b>21.894,40</b>	<b>944.856,90</b>	<b>966.750,90</b>

#### Programação Financeira por Componente

<b>Componentes</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Investimento Elegível</b>
Elaboração do Projeto Técnico	21.894,00	21.894,00	43.788,00
Execução do Estudo Geotécnico	0,00	1.291,50	1.291,50
Empreitada de ampliação e requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros em Samora Correia (inclui arranjos exteriores e revisão de preços)	0,00	848.848,00	848.848,00
Aquisição de Mobiliário Escolar	0,00	14.637,00	14.637,00
Aquisição de Material Didático	0,00	4.059,00	4.059,00
Aquisição de Equipamento Informático	0,00	11.685,00	11.685,00
<b>Total</b>	<b>21.894,00</b>	<b>902.414,50</b>	<b>924.308,50</b>

### **Anexo II Objetivos da Operação**

#### **Objetivos**

- Aumento da oferta de educação pré-escolar pública e do 1.º ciclo do ensino básico;
- Eliminação de regimes duplos de funcionamento, de forma a consolidar o objetivo da escola a tempo inteiro;

### **Anexo III Indicadores e metas de realização e de resultado**

Indicadores de realização da operação:

- N.º novos centros escolares ampliados/requalificados- 1
- N.º de Salas novas para o 1º ciclo – 3
- N.º de Salas requalificadas – 4

Indicadores de resultado:

- N.º de alunos do 1.º ciclo do ensino básico - 168

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do contrato de financiamento da operação de ampliação e requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia, a que corresponde o código ALENT-09-0344-FEDER-001783, e autorizar o senhor presidente da Câmara Municipal a outorgar no mesmo.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **04- Divisão Municipal de Obras e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento**

### **04.01- Subunidade Orgânica de Obras Particulares**

#### **LICENCIAMENTO DA EDIFICAÇÃO**

##### **Ponto 12 – ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉM / FRIGORÍFICOS**

Processo n.º 408/2001

Requerente: Alcafer – Comércio Industrial Produtos Alimentares, Lda.

Local: Estrada Nacional 118 – Sesmaria do Colaço - Benavente

#### **Presente para análise após visita do Executivo ao local:**

#### **Informação da Fiscalização, de 30 de outubro de 2012**

Na sequência de despacho superiormente exarado em 26 de outubro, para visitar o local e informar situação atual, deslocámo-nos ao local no dia 30 de outubro, pelas 14.30 horas, cumprindo informar:

- Verificou-se que os trabalhos de instalação de frigoríficos e trabalhos de ampliação de armazém a tardo em 283 m<sup>2</sup> estão concluídos, conforme fotografias em anexo que fazem parte integrante da presente informação.

À consideração superior.

Ricardo Martinho, fiscal municipal

<b>Parecer:</b>  Face aos antecedentes processuais, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  06.Nov.2012  <b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.  2012NOV06  <b>O vereador</b>
---	--

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO explicitou que se trata duma ampliação que teve como objetivo criar um espaço de maior dimensão para instalação das câmaras frigoríficas e uma pequena arrecadação. Acrescentou que embora a ampliação em causa não respeite as regras da edificação, aquele espaço é fundamental para que a empresa possa laborar, tendo sido possível constatar que, felizmente, a Alcafer – Comércio Industrial Produtos Alimentares, Lda. é uma das empresas que não tem problemas e cujos postos de trabalho por enquanto não estão em perigo.

Informou que tendo o senhor vereador Miguel Cardia transmitido que a revisão do Plano Diretor Municipal poderá permitir o licenciamento da ampliação em causa, e crendo que aquele processo estará concluído a breve prazo, propôs que a Câmara Municipal proteja a sua decisão sobre a matéria.

O SENHOR PRESIDENTE aproveitou o ensejo para dar conta que a finalização do processo de revisão do Plano Diretor Municipal se prende com algumas questões que ainda não se conhecem bem, constando que o Governo pretende prorrogar a DIA (declaração de impacte ambiental), que termina a trinta e um de dezembro.

Acrescentou que a ser assim, terá que solicitar aos senhores secretários de Estado da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e das Florestas e Desenvolvimento Rural uma reunião com caráter de urgência em janeiro, porquanto a Câmara Municipal não pode esperar por um aeroporto que, caso venha a ser construído, não o será antes de dois mil e vinte, situação que traria inconvenientes gravíssimos para o Município, onde ainda é possível criar algum investimento pela sua localização estratégica.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, e após visita do Executivo ao local, aprovar a proposta do senhor vereador Carlos Coutinho.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

### **Ponto 13 – CONSTRUÇÃO NOVA – CONDOMÍNIO ARMAZENAL / JUNÇÃO DE DOCUMENTOS**

Processo: 882/2011

Requerente: Delta – Distribuidora de Empilhadores, Tratores e Alfaías, Lda. e Fatem – Máquinas, Empilhadores, Tratores e Autobetoneiras, Lda.

Local: EN 10, Samora Correia

#### **Informação técnica da DMOPPUD, de 10-12-2012:**

No seguimento da nossa anterior informação datada de 2012-10-26 e, em cumprimento do definido no artigo 68.º do Regulamento de Taxas do Município de Benavente, as requerentes formalizam, através do registo de entrada n.º 16518, de 2012-12-05, a aceitação da avaliação efetuada ao arruamento, que constitui a compensação em espécie pelas áreas de cedência em falta.

Face ao teor das anteriores informações técnicas e consequentes, deliberação camarária de 2012-11-05 e despacho superior de 2012-11-23, concluimos que o projeto de arquitetura do “condomínio armazenal em 15 fases” reúne condições para aprovação.

Deverão as requerentes dar cumprimento ao definido no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, com posteriores alterações, relativamente à apresentação da totalidade dos projetos das especialidades.

Deverão ter em consideração o teor da apreciação efetuada pela gestão urbanística – arquitetura, em 2012-10-26.

À consideração superior.

Maria Henriqueta Reis, arquiteta

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, conclui-se que o projeto de arquitetura está em condições de merecer aprovação.  10 dez.2012  <b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.  2012DEZ10  <b>O vereador / presidente</b>
---	---



**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação técnica e, nos termos da mesma, aprovar o projeto de arquitetura em apreço. A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA - DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES**

### **A CONHECIMENTO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos exarados pelo vereador, sr. Miguel António Duarte Cardia, cujos teores abaixo se transcrevem, em:

10-12-2012

#### **Ponto 14 – LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE PICADEIRO**

Processo: 714/2012

Requerente: G.P.D.G. – Gestão e Participações, S.A.

Local: Mata do Duque, parcela 44 C – Santo Estevão

Despacho: *“Homologo e aprovo”*

#### **Ponto 15 – AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE ANEXO E GARAGEM**

Processo: 1183/2012

Requerente: Paulo M.M. André – Construções, Lda.

Local: Estrada das Vagonetas – Samora Correia

Despacho: *“Homologo e aprovo”*

## **DEFERIMENTO DO PEDIDO PEDIDO DE LICENÇA ADMINISTRATIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 23.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES**

### **A CONHECIMENTO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos exarados pelo vereador, sr. Miguel António Duarte Cardia, cujos teores abaixo se transcrevem, em:

10-12-2012

#### **Ponto 16 – AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO / MORADIA UNIFAMILIAR / PROJETOS DAS ESPECIALIDADES**

Processo: 95/2011

Requerente: Joaquim Augusto Fernandes Dias Cabaço

Local: Mata do Duque – Santo Estêvão

Despacho: *“Homologo e defiro”*

#### **Ponto 17 – CONSTRUÇÃO NOVA / GARAGEM**

Processo: 1133/2012

Requerente: Maria da Conceição Ribeiro de Moura

Local: Rua dos Pioneiros, Lote 60 – Benavente

Despacho: *“Homologo e defiro”*

## **AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO**

### **Ponto 18 – AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO / ESTABELECIMENTO COMERCIAL**

Processo: 481/2011

Requerente: I. Santos & F. Batalha, Talhos e Supermercados Lda.

Local: Av. Calouste Gulbenkian - Loja 9, Samora Correia

**Presente para análise após visita do Executivo ao local:**

#### **Informação técnica de Gestão Urbanística, de 2012.11.22**

Em cumprimento de solicitação do sr. chefe da Divisão Municipal de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento, estes serviços procederam à reapreciação do processo, cumprindo informar:

#### **ARQUITETURA**

1. Primeiramente importa registar que o presente processo reporta-se ao pedido de autorização de utilização, para *“comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas e tabaco, com o CAE-47112 – Rev.3, tendo como atividade secundária o CAE – 47220 – referente a “comércio a retalho de carne e de produtos à base de carne”.*

2. A gerente da empresa requerente dirigiu-se a esta Câmara em dia de atendimento público do sr. presidente, sendo encaminhada para os serviços técnicos onde ocorreu reunião conjunta com o sr. chefe da Divisão (arq.to Carlos Carvalho) e arquiteta da gestão urbanística (Cristina Vieira);

3. Foi referido pela interessada que:

3.1. Após ter diligenciado junto dos restantes condóminos com vista à obtenção de documento em como autorizam a localização da estrutura para guardar as garrafas de gás, foi-lhe imposto a apresentação de um seguro que salvaguardasse os interesses de todos;

3.2. O valor a pagar pelo seguro era incomportável.

4. Face às referidas dificuldades, a requerente propôs que as garrafas de gás e respetivo suporte se localizassem no passeio, portanto em domínio público. Esclareceu ainda que cada garrafa de gás tem a capacidade de 15 Kg.

#### **ENGENHARIA**

##### **5 – Avaliação Acústica**

Na memória descritiva e justificativa da tela final é referido que a avaliação acústica já consta no processo inicial (481/2011).

Consultado o processo n.º 481/2011, relativo à comunicação prévia de alteração de utilização, verifiquei que foi entregue a avaliação acústica, conforme referido na informação técnica de 24/05/2011.

Assim, salvo melhor, não se justifica a entrega de nova avaliação acústica.

##### **6 – Certificado de Desempenho Energético e da Qualidade do Ar Interior**

O edifício que a requerente pretende obter a autorização de utilização, não se enquadra, salvo melhor opinião, no âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 80/2006, de 04/04, conjugado com o disposto no Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de abril e consequentemente não se justifica a entrega deste certificado.

##### **7 – Segurança Contra Incêndios**

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

A requerente entregou a ficha de segurança, que se remete à responsabilidade do técnico autor.

Foi entregue termo de responsabilidade subscrito pelo arq. Nelson Ruivo, no qual este declara que se encontram cumpridas as condições de segurança contra incêndios no estabelecimento.

Registe-se que o arq. Nelson Ruivo é também o técnico autor da ficha de segurança contra incêndios.

#### 8 – Parque de garrafas de GPL

A requerente pretende instalar um parque de garrafas com capacidade para 4 garrafas de 15 kg, que de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26/11 e suas alterações, é uma instalação da B1, não sujeita a licenciamento, mas sujeita à aplicação dos regulamentos de segurança em vigor, nomeadamente Portaria n.º 451/2001, de 5 de maio.

Assim, a requerente deverá cumprir as normas de segurança aplicáveis à instalação do parque de garrafas.

### CONCLUSÕES

Considerando a proposta e fundamentos da gerente da empresa requerente, propõe-se que superiormente seja ponderada a possibilidade das garrafas de gás e respetivo suporte se localizarem no passeio confinante com a galeria do edifício onde se localiza o estabelecimento.

Caso superiormente seja aceite a localização das garrafas de gás e respetivo suporte no passeio confinante com a galeria do edifício onde se localiza o estabelecimento, considera-se que do ponto de vista técnico, estão reunidas as condições para o deferimento do pedido de autorização do estabelecimento.

À consideração superior.

Cristina Vieira, técnica superior - arquiteta

Vasco Feijão, t. superior – eng.º civil

<b>Parecer:</b>	<b>Despacho:</b>
Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.	À reunião.
26 nov. 2012	2012NOV27
<b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>O vereador</b>

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO transmitiu que foi possível avaliar que se trata duma situação que não difere de outras existentes na área do Município, sendo opinião do Executivo que a pretensão não oferece qualquer problema, podendo a estrutura permanecer no passeio, no enfiamento de um armário da EDP.

O SENHOR PRESIDENTE pretendeu deixar clara a sua opinião sobre a matéria, afirmando que tanto as galerias em apreço, como as do prédio onde se situa a sede da SFUS (Sociedade Filarmónica União Samorense) são utilizadas pelo público desde que foram construídas, nunca havendo qualquer impedimento à respetiva utilização e trânsito de peões, custando-lhe aceitar que o condomínio faça exigências quanto à

localização da estrutura para guardar as garrafas de gás, quando não há nenhuma razão para o fazer.

A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA observou que a gerência do estabelecimento comercial em apreço já tem antecedentes da existência da grade para as garrafas de gás por parte do anterior proprietário, sendo que até há cerca de um ano atrás um outro estabelecimento comercial ao lado tinha também na galeria uma grade exatamente igual à que se pretende instalar.

Acrescentou que não tendo resultado qualquer problema das experiências anteriores, não lhe parece que se possam levantar objeções à instalação solicitada.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, após visita do Executivo ao local, aceitar a localização das garrafas de gás e respetivo suporte no passeio confinante com a galeria do edifício onde se localiza o estabelecimento, e deferir o pedido de autorização de utilização.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

### **INFORMAÇÃO SIMPLES NOS TERMOS DO ARTIGO 110.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES**

#### **Ponto 19 – INFORMAÇÃO SIMPLES / VIABILIDADE DE INSTALAÇÃO DE POSTO DE ARMAZENAMENTO DE GPL / JUNÇÃO DE ELEMENTOS**

Processo: 1098/2012

Requerente: Silva & Paiva, Lda.

Local: Largo General Humberto Delgado, Samora Correia

#### **Informação técnica de Gestão Urbanística, de 04-12-2012**

Através do presente processo, solicita o requerente informação sobre a possibilidade de instalação de um posto de armazenamento de GPL – Classe B2, no local acima referido e assinalado em planta de localização.

Através do registo de entrada n.º 15624, de 15-11-2012, procedeu o requerente à junção de novos elementos ao processo, nomeadamente:

- Cópia da escritura de cedência ao domínio público;
- Cópia da certidão do Registo Comercial.

Na sequência da informação técnica de 16-11-2012, veio agora o requerente, através do registo de entrada n.º 16285, de 30.11.2012, proceder à junção de novos elementos ao processo, nomeadamente:

- Planta de implantação à escala 1/100;
- Planta de implantação à escala 1/500.

Dando cumprimento ao parecer emitido pelo chefe da Divisão Municipal de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento de 30-11-2012, na sequência da informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, da mesma data, cabe informar:

1 – O requerente pretende informação sobre a possibilidade de ocupar 13,55 m<sup>2</sup> do espaço público, com vista à instalação de um depósito de armazenamento de GPL, com capacidade de 4,30 m<sup>3</sup>, com vista ao consumo próprio do restaurante “A Torre”.

O espaço que pretende ocupar, com a área de 13,55 m<sup>2</sup>, situa-se em zona ajardinada, entre o estacionamento existente e a Estrada Nacional n.º 118.

2 – De acordo com o referido no anexo III do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, no seu ponto B, alínea a), a instalação pretendida não se encontra sujeita a licenciamento, ficando no entanto obrigada ao cumprimento do previsto no artigo 21.º da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro.

3 – Face ao afastamento da implantação da instalação pretendida à Estrada Nacional n.º 118, deverá o requerente obter parecer junto da EP – Estrada de Portugal, S.A., por força do referido na alínea c) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 13/94, de 15 de janeiro.

### **Conclusão**

Face ao exposto, considera-se que:

- Deverá ser ponderado superiormente a possibilidade de ocupação do espaço público em causa, com uma área de 13,55 m<sup>2</sup>;
- Deverá o requerente, antecedendo a instalação, obter parecer favorável por parte da EP – Estrada de Portugal, S.A., por força do Decreto-Lei n.º 13/94, de 15 de janeiro.

À consideração superior.

Ana Cristina Rosa, técnica superior - arquiteta

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão sobre a aceitação da localização da instalação  06 dez.2012  <b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião. (cópia da planta c/ localização proposta para o reservatório p/ srs. vereadores)  2012DEZ07  <b>O vereador / presidente</b>
--	---

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO observou que existem urbanizações na área do Município que não dispõem ainda de rede de abastecimento de gás, possuindo depósitos em espaços públicos. Acrescentou que, no caso em concreto, se trata de um depósito enterrado que não oferecerá problemas do ponto de vista estético, pelo que não vê inconveniente na pretensão, devendo a eventual ligação de tubagens ao estabelecimento e a necessidade de cortar os pavimentos serem executadas nas devidas condições.

O SENHOR PRESIDENTE considerou que a autorização para a instalação do posto de armazenamento de GPL deve ser concedida a título precário, até que a empresa distribuidora possa construir os devidos ramais.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a instalação do posto de armazenamento de GPL, a título precário.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## RECLAMAÇÕES

### Ponto 20 – RECLAMAÇÃO

Processo n.º 1336/2008

Requerimento n.º 15653 de 16-11-2012

Requerente: Cláudio Português

Titular do processo: Deolinda Maria Silva Vinagre Português

Local: Est. Real, Porto Alto - Samora Correia

### Informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, de 03-12-2012

Em cumprimento do determinado por despacho superior do vereador responsável pela urbanização e edificação exarado no requerimento com o registo de entrada n.º 15653 de 16-11-2012, cumpre informar:

- 1- A informação do Apoio Jurídico n.º 92/2012, de 09.08. foi presente à reunião ordinária do órgão executivo realizada em 20-08-2012, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor presidente da Câmara Municipal, que seguidamente se transcreve: “ (...) **propôs que a Câmara Municipal homologue a presente informação jurídica e mande proceder em conformidade com o preconizado no ponto 3.17.** (...)”
- 2- Através de visitas inspetivas do serviço de fiscalização efetuadas em 09.10.2012 e 30.10.2012, foi verificado que: “ ... **o anexo no logradouro é utilizado como habitação, a janela está aberta e tem uma cortina, conforme fotografia em anexo que faz parte integrante da presente informação. Mais se informa que as construções em causa não estão licenciadas ...**” e “ **...o anexo de 2 pisos no logradouro é utilizado como habitação , no r/c não está ocupado, no piso 1 está ocupado pela sr.ª Celina Malico Vieira....**”
- 3- Em 31.10.2012, através do ofício postal n.º 5502, correio registado com aviso de receção, foi expedida notificação a Celina Malico Vieira para **no prazo de 45 dias úteis a contar da receção**, fazer **cessar a utilização habitacional ilegal do imóvel, desocupando o mesmo de pessoas e bens**, advertindo-se que, em caso de incumprimento, caberá à Câmara Municipal os poderes legais necessários à execução coerciva.
- 4- Em 31.10.2012, através do ofício n.º 5503, registado com aviso de receção, foi dado conhecimento a Silvino Baptista Gaita do conteúdo da notificação remetida a Celina Malico Vieira.
- 5- Em 06.11.2012, pelo ofício n.º 5577, foi levado a conhecimento de Deolinda Maria Silva Vinagre Português a notificação remetida a Celina Malico Vieira, bem como da comunicação enviada a Silvino Gaita.
- 6- **A notificação a Celina Malico Vieira** levada a cabo pelo ofício n.º 5502, de 31.10.2012, **não foi efetivada** por não ter sido rececionada pela visada, tendo sido **concretizada em 21.11.2012** por meio do ofício n.º 5800, de 19.11.2012 e através do serviço de fiscalização.

Conclusão:

- **O prazo de quarenta e cinco (45) dias** ordenado a Celina Malico Vieira, através do ofício n.º 5800. de 19.11.2012, para fazer cessar a utilização habitacional ilegal e a desocupação do primeiro andar da edificação construída por Silvino Gaita em anexo à sua moradia, na Estrada Real, n.º 31, (lote7), Porto Alto, freguesia de Samora Correia, **termina em 25.01.2013.**
- Ultrapassado este prazo e mantendo-se a utilização habitacional ilegal, caberá à Câmara Municipal desencadear os procedimentos tendentes à execução do despejo administrativo do imóvel.

A coordenadora técnica, Rosa Maria Correia Cardoso Pedrosa

<b>Parecer:</b>	<b>Despacho:</b>
Concordo, devendo proceder-se em conformidade.	À reunião, com proposta de homologação e transmissão do teor ao requerente
07 dez.2012	2012DEZ07
<b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>O vereador / presidente</b>

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e transmitir o seu teor ao requerente.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **Ponto 21 – CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO AGRÍCOLA SEM O RESPETIVO LICENCIAMENTO MUNICIPAL**

Processo: 1070/2010

Registo nº 14578, de 23/10/2012

Requerente: Executivo - presidente da Câmara

Local: Estrada da Minhola, Benavente

### **Presente para análise após visita do Executivo ao local:**

Presente para análise a exposição, cuja fotocópia se anexa, apresentada por Marco Túlio Gomes Queiroz (registo 14578, de 23-10-2012).

Despacho do sr. presidente: *Ao sr. vereador Miguel Cardia*

Despacho do sr. vereador do Pelouro: *À reunião (cópia srs. vereadores). 2012NOV02*

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO transmitiu que foi possível constatar a existência duma construção em blocos de cimento, sem qualquer tipo de estrutura, com laje de betão na cobertura.

Recordou que o senhor vereador Miguel Cardia referira a impossibilidade de legalização daquela obra face ao Plano Diretor Municipal em vigor, situação que poderá eventualmente ser contemplada após a respetiva revisão.

Opinou que a localização da construção do ponto de vista do ordenamento do território também não é a mais feliz, porquanto está muito próxima da estrada.

Acrescentou que embora se trate duma situação complicada do ponto de vista social, na medida em que os detentores do barracão enfrentam atualmente muitas dificuldades e têm a intenção de se realojar no mesmo, crê que a edificação não reúne condições de segurança, sendo necessário efetuar um reforço muito significativo, sob pena de poder colapsar.

A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA disse partilhar das preocupações do senhor vereador Carlos Coutinho, se bem que se abstém de fazer qualquer referência ao afastamento quer à estrada, quer à propriedade imediatamente ao lado.

Saudou os interessados por terem cumprido a notificação da Câmara Municipal para não continuarem a obra, tendo emparedado a porta e as janelas.

Considerou que o mais importante a ter em conta, pelo menos aparentemente, reservando o facto de o Executivo não ter entrado no edificado, é que a construção se situa numa zona altamente sísmica e ainda que esteja em causa uma questão de alguma gravidade social, não se encontra em condições de aprovar uma construção daquele género, sabendo de antemão que poderá estar a colocar em risco a vida e a integridade física dos seus ocupantes.

O SENHOR PRESIDENTE recordou que tendo tido conhecimento que a edificação era ilegal, e por reclamação de um vizinho, em junho de dois mil e dez mandou embargar a obra e solicitou aos serviços técnicos que informassem da viabilidade de legalização da mesma, que deram informação negativa, porque a distância à extrema não respeita o Plano Diretor Municipal.

Transmitiu que em conversa com o senhor vereador Miguel Cardia, e antecedendo a visita do Executivo ao local, explicitou que a revisão do Plano Diretor Municipal poderá permitir aquela legalização.

Propôs que a Câmara Municipal prorrogue o prazo para a demolição por mais sessenta dias, na expectativa que o Plano Diretor Municipal possa vir a aprovar a edificação, sujeitando-a, *a anteriori*, a uma vistoria conjunta do Serviço Municipal de Proteção Civil e técnicos ao serviço do Município, para avaliação das condições de segurança do edifício, por forma a que o Executivo tenha alguma garantia de que caso ocorra um desastre futuro, não seja acusado de negligência na avaliação do edificado.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, e após visita do Executivo ao local, aprovar a proposta do senhor presidente da Câmara Municipal.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES / MORADIA UNIFAMILIAR / PROJETOS DAS ESPECIALIDADES**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:



- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 17 de dezembro de 2012

O presidente da Câmara, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

### **Ponto Extra 5 - LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES / MORADIA UNIFAMILIAR / PROJETOS DAS ESPECIALIDADES**

Processo: 1154/2012

Requerente: Paulo M. M. André - Construções, Lda.

Local: Est. Vagonetas, 68 - Samora Correia

#### **Informação Técnica de Gestão Urbanística, de 13-12-2012**

Refere-se o presente processo ao pedido de legalização de alterações na construção de um edifício destinado a moradia, garagem e muro, que o requerente levou a efeito no local acima indicado.

O projeto de arquitetura foi aprovado, por despacho exarado em 12/12/2012.

No âmbito dos projetos de especialidade e que se remetem à responsabilidade do técnico autor, resume-se em síntese a verificação efetuada e traduzida no quadro seguinte,

PROJETOS DE ESPECIALIDADES	PROJETO		TERMO DE RESPONSABILIDADE	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Estabilidade e Betão Armado	x		x	
Comportamento Térmico	a)			
Condicionamento Acústico	b)			
Segurança Contra Incêndios	c)			

Mais se informa que:

1 - Projeto de Verificação do Regulamento das Características de Comportamento Térmico do Edifício – a)

As alterações que a requerente levou a efeito (*alteração de parte da cobertura na zona da garagem, na alteração da chaminé da cozinha e na remoção do envidraçado junto à porta principal, bem como alterações interiores*) não se enquadram na definição de grandes intervenções de remodelação ou de alteração, conforme disposto no n.º 5 e n.º 6 do artigo 2.º do D. L. n.º 80/2006, de 04/04, e consequentemente entendo que não se justifica a entrega deste projeto.

2 – Projeto de Condicionamento Acústico

As alterações que a requerente levou a efeito consistem na alteração de parte da cobertura na zona da garagem, na alteração da chaminé da cozinha e na remoção do envidraçado junto à porta principal, bem como alterações interiores.

De acordo com o disposto no artigo 1.º Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios – D.L. n.º 129/2002, de 11/05 e suas alterações, as suas normas aplicam-se à construção, reconstrução, ampliação ou alteração dos seguintes tipos de edifícios, em função dos usos a que os mesmos se destinam, nomeadamente edifícios habitacionais.

O citado diploma não estabelece definições para alteração de edifícios.

De forma nua e crua diria, que estando as obras de alteração que o requerente pretende legalizar, sujeitas a licenciamento, estas se enquadrariam no âmbito de aplicação do D.L. n.º 129/2002, de 11/05 e suas alterações, porém tendo em consideração especificidade das alterações (*alteração de parte da cobertura na zona da garagem, na alteração da chaminé da cozinha e na remoção do envidraçado junto à porta principal, bem como alterações interiores*) entendo que pode ser excessivo exigir à requerente:

- a entrega de novo projeto de condicionamento acústico;
- a entrega de declaração emitida por técnico habilitado a elaborar projetos de condicionamento acústico e relativa à manutenção do conforto acústico do edifício conforme previsto no projeto entregue no âmbito do seu licenciamento;

pelo que submeto à consideração superior a obrigatoriedade de entrega deste projeto.

### 3 – Ficha de Segurança Contra Incêndios

As alterações que a requerente levou a efeito consistem na alteração de parte da cobertura na zona da garagem, na alteração da chaminé da cozinha e na remoção do envidraçado junto à porta principal, bem como alterações interiores.

De acordo com o disposto no artigo 17.º do D.L. n.º 220/2008, de 12/11 “Os procedimentos administrativos respeitantes a operações urbanísticas são instruídos com um projeto de especialidade de SCIE, com o conteúdo descrito no anexo IV ao presente decreto-lei, que dele faz parte integrante).

Consultado o processo verifiquei que não foi entregue e que não foi solicitado à requerente a entrega de ficha de segurança contra incêndios.

O D. L. n.º 220/2008, de 12/11 não estabelece quaisquer exceções ao disposto no seu artigo 17.º.

Tendo presente as alterações que a requerente pretende legalizar (alteração de parte da cobertura na zona da garagem, na alteração da chaminé da cozinha e na remoção do envidraçado junto à porta principal, bem como alterações interiores), entendo que pode ser excessivo solicitar à requerente a entrega da ficha de segurança contra incêndios, pelo submeto à consideração superior a obrigatoriedade da sua entrega.

Face ao exposto, proponho:

- a) que se considere que as alterações que a requerente levou a efeito na moradia construída no local acima indicado, não se enquadram no âmbito de aplicação do D.L. n.º 80/2006, de 04/04, conforme referido no ponto 1) da presente informação;
- b) Que superiormente seja tomada decisão acerca do exposto nos pontos 2) e 3) da presente informação.

Caso superiormente seja acolhida a proposta de considerar que as alterações que a requerente levou a efeito na moradia construída no local acima indicado, não se

enquadram no âmbito de aplicação do D.L. n.º 80/2006, de 04/04 e que não é obrigatório a requerente entregar o projeto de condicionamento acústico e a ficha de segurança contra incêndios, considero que do ponto de vista técnico estão reunidas as condições para o deferimento do pedido de legalização de alterações na construção de um edifício destinado a moradia, garagem e muro.

Vasco Feijão, t. superior – eng.º civil

<b>Parecer:</b>	<b>Despacho:</b>
	À reunião ponto-extra
	17-12-012
<b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>O presidente</b>

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR PRESIDENTE, tendo em conta o teor da informação técnica, bem como o facto de se tratar de legalização de alterações numa moradia unifamiliar que não implicam aspetos acústicos, nem geram perigosidade em termos de incêndios, propôs que a Câmara Municipal considere que as mesmas não se enquadram no âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 80/2006, de quatro de abril, dispense a apresentação do projeto de condicionamento acústico e a ficha de segurança contra incêndios e defira o pedido de legalização de alterações na construção.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor presidente da Câmara Municipal.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **TRÂNSITO E ESTACIONAMENTO**

### **Ponto 22 – TRÂNSITO E ESTACIONAMENTO**

Processo: 1100/2012

Requerente: Administração Condomínio n.º 10

Local: Rua José Rato, n.º 10, Samora Correia

#### **Presente para análise após visita do Executivo ao local:**

#### **Informação Técnica de Trânsito, de 26-10-2012:**

1. A requerente informa que devido ao transporte de crianças e jovens para as escolas, os carros estacionam em frente aos portões das garagens situadas nas traseiras do prédio situado na Rua José Rato.

1.1 Mais informa que os automobilistas não estão a respeitar a sinalização existente no pavimento e passeio, em frente à porta do prédio, pelo que requer solução para o problema.

2. Tendo em conta os problemas referidos nos pontos 1 e 1.1 da presente informação, bem como os antecedentes do processo n.º 1493/2010 relativo a esta problemática, informamos:

2.1 A Câmara Municipal de Benavente já definiu uma linha contínua amarela no pavimento e paralela ao passeio, e fixou sinais de proibido parar e estacionar no local de forma a impedir o estacionamento de viaturas em frente ao n.º 10 do prédio.

3. Tendo em conta que o problema se mantém, propomos:

3.1 A definição de raia no pavimento, em frente ao prédio n.º 10;

3.2 Colocação de pinos metálicos com afastamento entre eles de 2.00m, no passeio, em frente ao prédio com o n.º 10, de modo a proibir o estacionamento abusivo.

3.3 Caso as medidas adicionais propostas anteriormente não resolvam o problema e após um período de avaliação, propomos a colocação de balizas flexíveis com 8 cm de diâmetro no pavimento, as quais poderão ser fixadas ao longo da linha amarela que define a extremidade da raia.

As balizas flexíveis são compostas por plástico de poliuretano, fáceis de dobrar, recuperando a posição original quando são derrubadas.

4. Para resolver o problema do estacionamento de viaturas em frente às garagens, propomos a colocação da sinalização de proibição de estacionar nos portões das garagens, uma vez que segundo a alínea c) do n.º 1 do artigo 50.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio e respetivas alterações introduzidas por outros diplomas legais em vigor, é proibido estacionar nos lugares por onde se faça o acesso de pessoas ou veículos a propriedades. Mais informamos, que a sinalização nos arruamentos e estacionamentos públicos municipais são da responsabilidade da autarquia, mas a colocação da sinalização nos portões da garagem são da responsabilidade dos privados e por esse motivo deve a Requerente assegurar a compra e fixação do sinal de proibição de estacionamento.

5. Não obstante as medidas propostas anteriormente, temos consciência de que o civismo e atuação da G.N.R. continuarão a ter um papel fundamental na resolução dos problemas expostos pela Requerente.

6. A decisão final da Câmara Municipal deverá ser precedida da audiência dos interessados nos termos do artigo 100.º e seguintes do C.P.A. A sua divulgação será feita através de edital a afixar nos locais de estilo e a publicitar em dois jornais locais ou no boletim municipal.

7. Deverá ser consultada a G.N.R., a Junta de Freguesia e os Bombeiros Voluntários de Samora Correia.

À consideração superior.

Pedro Pereira, técnico superior de administração regional e autárquica

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  19 nov.2012  <b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião  2012NOV19  <b>O vereador / presidente</b>
--	--

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO disse ter algumas dúvidas na solução proposta pelos serviços, de colocação de pinos rebatíveis na zona onde se encontra demarcada a amarelo a proibição de estacionamento, crendo que se trata dum caso de atuação das forças de segurança, dado que tal como já referiu na anterior reunião do Executivo, os moradores queixam-se essencialmente das viaturas que permanecem estacionadas indevidamente e com a ignição ligada no período compreendido entre as seis e as sete horas da manhã, existindo estacionamento junto à Escola EB 2,3 de Samora Correia. Acrescentou que as medidas estão tomadas e implementadas, cumprindo à GNR fazer observar as boas regras que se devem aplicar naquela situação, pelo que propôs que a Câmara Municipal dê conhecimento da questão àquela força policial.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, e após visita do Executivo ao local, aprovar a proposta do senhor vereador Carlos Coutinho.

## **05- Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo**

### **05.02- Educação**

#### **Ponto 23 – ENCHIMENTO DE DEPÓSITO DE GÁS – PAVILHÃO DO PORTO ALTO**

##### **Informação D.M.C.E.T. n.º 116/2012, de 05 de dezembro**

Requerente: Agrupamento de Escolas de Samora Correia

O Agrupamento de Escolas de Samora Correia informa, através de ofício n.º 1269, registo de entrada n.º 150795 de 25/11/2012, que a Escola EB 2,3 de Porto Alto, procedeu ao enchimento do depósito de gás, no dia 09/11/2012.

Acresce referir que o contador do pavilhão marcava 17 051m<sup>3</sup>, pelo que o Agrupamento vem solicitar a quantia referente a 84m<sup>3</sup> de gás consumido pelo pavilhão desde o último abastecimento, conforme apresentado no quadro abaixo.

<b>Ofício</b>	<b>Data</b>	<b>Fatura</b>	<b>Contagem do contador</b>	<b>Consumo</b>	<b>Valor total</b>	<b>Valor €/m<sup>3</sup></b>
369	20-09-2012	2232226134	16810	160m <sup>3</sup>	513,34	3,21
1034	18-10-2012	2232236499	16877	67m <sup>3</sup>	222,22	3,31
1143	31-10-2012	2232243585 2232241498	16967	90m <sup>3</sup>	298,52	3,31
1269	16-11-2012	2232250585	17051	84m <sup>3</sup>	278,63	3,31

Face ao exposto, submete-se à consideração superior a transferência de 278,63 € (duzentos e setenta e oito euros) a favor do Agrupamento de Escolas de Samora Correia.

À consideração superior.

Carina Teles, tec. superior

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade transferir para o Agrupamento de Escolas de Samora Correia a verba de 278,63 € (duzentos e setenta e oito euros).

## **Ponto 24 – APROVAÇÃO DE NOVOS ESCALÕES DE APOIO E ALTERAÇÃO DE ESCALÕES JÁ APROVADOS – 1.º CICLO – ANO LETIVO 2012-2013**

### **Informação D.M.C.E.T. n.º 117/2012, de 06 de dezembro**

Em complemento à Informação D.M.C.E.T. n.º 071/2012, de 5 de setembro, submetida a reunião de Câmara no dia 10 de setembro, a qual obteve a seguinte deliberação:

*“Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada de atribuição de auxílios económicos 1.º ciclo - ano letivo 2012/2013.”*

Submete-se à consideração superior os novos escalões de apoio, bem como os escalões que já tinham sido aprovados e que solicitam alteração, de acordo com o quadro em anexo.

À consideração superior.

Carina Teles, técnica superior

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e aprovar os novos escalões de apoio e a alteração de escalões já aprovados, de acordo com o quadro que, depois de rubricado e por fotocópia, constitui pasta anexa à ata.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **05.03- Ação Cultural**

### **Ponto 25 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CENTRO CULTURAL DE BENAVENTE**

Entidade: Congregação das Testemunhas de Jeová

Vem a entidade referenciada em epígrafe solicitar a cedência do equipamento já referido, para o dia 17 de fevereiro de 2013, tendo em vista a realização de um convívio (das 12.00-20.00 horas)

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade ceder o Centro Cultural de Benavente à Congregação das Testemunhas de Jeová, para a data e finalidade pretendidas.

### **Ponto 26 – INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA**

#### **SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO**

##### **1- VOTOS DE BOM NATAL**

Desejou bom Natal aos membros do Executivo, aos senhores jornalistas presentes, aos trabalhadores da Câmara Municipal e respetivas famílias, essencialmente com saúde, crendo que, em consciência, não se cumprem os objetivos do Natal, porque todos têm bem presente o problema social e económico que o País vive e que leva a que muitos municípios passem por extremas dificuldades.

Fez votos para que, acima de tudo, seja um Natal solidário.

## **SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA**

### **1- VOTOS DE BOM NATAL**

Deixou votos de feliz Natal aos senhores vereadores, senhor presidente, funcionários da Câmara Municipal e sobretudo aos munícipes, numa altura em que as questões sociais estão em cima da mesa e que praticamente todas as semanas há uma notícia menos agradável no que toca ao tecido empresarial e aos trabalhadores da área do Município de Benavente.

Enviou uma palavra de conforto aos trabalhadores do Grupo Vendap, que na semana anterior foram objeto de um processo de despedimento coletivo, sendo que oitenta desses trabalhadores vão acabar por passar um Natal sem emprego.

Embora reconhecendo que tal deriva da situação económico-financeira do País, lamentou que não haja semana nenhuma em que não surjam notícias daquele género. Acrescentou que além de se esperar um ano de dois mil e treze bastante complicado, e crendo que a Câmara Municipal tudo fará para minorar as dificuldades que os munícipes forem sentido, muitas vezes derivadas das situações de desemprego, deixou uma palavra de alento e manifestou a expectativa de que se não todos os postos de trabalho que têm sido extintos ao longo de dois mil e doze, pelo menos uma grande parte deles possam voltar a ser criados e, dessa forma, dar emprego a todos.

## **SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ**

### **1- VOTOS DE BOM NATAL**

Associou-se aos votos de Boas Festas, desejando um santo Natal a todos os elementos da Câmara Municipal, aos funcionários, aos senhores jornalistas que acompanham semanalmente as reuniões do Executivo e a todos os munícipes, desejando, embora consciente que este Natal não é, de longe, aquele que a maior parte das famílias portuguesas gostariam de ter, que a época natalícia sirva para dar um pouco de conforto a todos aqueles que mais sofrem com as atuais situações económicas e se veem no desemprego e com todas as dificuldades sociais que se atravessam dos mais diversos níveis e patamares.

Fez votos para que seja uma época em que se consiga aliviar algumas daquelas dificuldades e a solidariedade social, não só das entidades oficiais, mas essencialmente das entidades privadas, também contribua para tal, à semelhança do que vem acontecendo.

Concluiu, desejando a todos um Natal passado em família, em paz e amor, nas melhores condições que sejam possíveis.

## **SENHORA VEREADORA GABRIELA DOS SANTOS**

### **1- FESTAS DE NATAL DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E DA UNIVERSIDADE SÉNIOR**

Saudou as escolas da área do Município pertencentes aos dois Agrupamentos que realizaram as suas festas de Natal, terminando assim os trabalhos do primeiro período escolar, bem como a Universidade Sénior.

## **2- CONCERTO DE NATAL DO CORO DO MUNICÍPIO**

Informou que no sábado anterior, o Coro do Município levou a cabo mais um concerto de Natal, fazendo dessa época festiva um momento cultural que contou com a presença de muito público.

## **3- VOTOS DE BOM NATAL**

Desejou um bom Natal aos senhores vereadores, senhor presidente e todos os munícipes, fazendo votos que seja um Natal com saúde para levar por diante o dia-a-dia.

## **SENHOR VEREADOR MANUEL DOS SANTOS**

### **1- VOTOS DE BOM NATAL**

Associou-se aos votos de bom Natal já endereçados pelos senhores vereadores.

Na sequência das intervenções dos senhores vereadores, o **SENHOR PRESIDENTE** teceu as seguintes considerações:

### **1- VOTOS DE BOM NATAL**

Disse ser do conhecimento geral a situação que o País atravessa e aquela que muitos dos cidadãos, que não apenas do Município de Benavente, mas da região e do País, estão a viver, da responsabilidade de quem tomou (e continua a tomar) decisões políticas erradas que se consubstanciam e concretizam na destruição do tecido económico, que desconhece onde irá parar, apesar de algumas vãs promessas.

Considerou que face à atuação do fisco sobre as pequenas empresas e sobre os cidadãos, na procura de obter receitas que seguramente são necessárias, depois de se esgotar tudo o que aqueles têm, nada sobrar para além duma economia de rastos, sem capacidade de produção, sem receitas e sem poder, mais tarde ou mesmo no próximo futuro, pagar as pensões, os subsídios de desemprego e de reinserção social. Afirmou não haver nenhuma medida que possa aplaudir e que tenha em conta as preocupações transversais à sociedade portuguesa.

Disse encarar este Natal como um momento que é sempre importante e que reforça os laços familiares, reforçando também alguns laços de solidariedade. Contudo, manifestou a expetativa que tal não sirva para vender a ilusão que, depois da época natalícia, se terá um País e um mundo melhor, porque embora seja um homem de esperança, não acredita que assim seja.

Observou que a esperança constrói-se com luta e com a expetativa de que se é capaz de ajudar, e é nessa expetativa que ele próprio se insere, tentando ajudar a que sejam alteradas as políticas que têm sido prosseguidas, sem sucesso, sob pena de conduzir o País para uma situação de abismo.

Transmitiu que tem pela frente um Natal de angústia, ainda que também de esperança na luta e de que, enquanto cidadãos portugueses, todos sejam capazes de ajudar a encontrar as soluções que são necessárias para o País.

Pediu aos concidadãos que deem o seu contributo e a sua ajuda, no sentido de serem solidários com os que estão a sofrer, e àqueles que têm refletido sobre o que se passa no País, pediu que se consciencializem de que é preciso fazer alguma coisa rapidamente, sob pena de atingir o colapso e deixar que o povo e os concidadãos que vivem na relação de proximidade caiam em situações preocupantes.



Acrescentou que se os mecanismos que o País tem ao seu dispor não respondem aos problemas das famílias e se assistem, impávidos e serenos, com o atirar, a cada dia que passa, com mais pessoas para a miséria e não se encontram políticas alternativas (antes se faz de conta que se está a fazer alguma coisa), então têm que ser os indivíduos a ajudar a motivar e a que se tome consciência que a política que vem sendo prosseguida tem necessariamente que mudar radicalmente, porque se tal não acontecer, estar-se-á perante uma situação extremamente grave não apenas para as crianças e para os mais idosos, mas para aqueles que mesmo estando no ativo, tinham todo o direito a manter o seu posto de trabalho e não o vão ter, porque o mecanismo da deflação que está previsto vai ter reflexos ainda maiores na economia. Desejou também aos senhores jornalistas que acompanham o Executivo no dia-a-dia um Natal solidário, numa perspetiva de que da sua pena podem sair ideias, opiniões e, sobretudo, motivação e consciencialização do povo, para que saiba qual é o norte que deve seguir, sabido que é que muita da comunicação social do País, sobretudo a que está mais distante dos cidadãos, nada mais faz do que manipulação e mistificação, levando o povo cair numa situação de alheamento completo relativamente ao que tem pela frente.

Concluiu, afirmando que na história mais recente de Portugal, este é o pior período que o País tem pela frente, porquanto ele próprio passou pela crise de mil novecentos e oitenta e três a mil novecentos e oitenta e cinco, crendo que os efeitos não têm comparação, dado que embora houvesse milhares de trabalhadores com salários em atraso e empresas a encerrar, havia uma perspetiva de esperança e de saída, contrariamente à atualidade.

Seguidamente, o **SENHOR PRESIDENTE** prestou as seguintes informações:

### **1- CONVITE AOS SENHORES VEREADORES**

Endereçou o convite aos senhores vereadores para que no próximo dia vinte e um possam participar na reunião que está marcada com os trabalhadores da Câmara Municipal, pelas nove horas e trinta minutos, e na qual pretende dar conta do que foi o exercício das funções do Executivo no decorrer do ano de dois mil e doze e transmitir um conjunto de preocupações a ter em conta no próximo ano, seguindo-se a entrega duma pequena lembrança, que é a possível em ano de contenção de despesas.

### **2- TOLERÂNCIA DE PONTO E ALTERAÇÃO DA DATA DA REUNIÃO DO EXECUTIVO**

Transmitiu que à semelhança da decisão do Governo do País relativamente aos trabalhadores da Administração Central, a Câmara Municipal concede tolerância de ponto nos dias vinte e quatro e trinta e um de dezembro.

Atendendo a que aquelas datas coincidem com duas segundas-feiras, dias de reunião do Executivo, e há sempre aspetos que se prendem com a vida dos concidadãos que carecem de decisões da Câmara Municipal, realizar-se-á uma última reunião relativa ao ano em curso no dia vinte e sete de dezembro, pelas catorze horas e trinta minutos.

### **3- PRÓXIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Lembrou que a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal terá lugar no dia vinte do mês em curso, com início às catorze horas.

## **Ponto 27 – INTERVENÇÕES DOS MUNÍCIPES**

### **SENHOR MARCO TÚLIO GOMES QUEIRÓZ**

#### **1- CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO AGRÍCOLA SEM O RESPETIVO LICENCIAMENTO MUNICIPAL**

Sendo o detentor do barracão agrícola edificado sem o respetivo licenciamento municipal na Estrada da Minhola, em Benavente, transmitiu que se encontra numa situação difícil, dado ser profissional da construção civil e se encontrar desempregado, e assumiu o compromisso de que caso a Câmara Municipal lhe der oportunidade, tudo fará para reestruturar aquela obra por forma a criar condições de segurança.

O **SENHOR PRESIDENTE** disse entender das palavras proferidas pelo senhor Marco Túlio, que após a vistoria que será feita por técnicos municipais e pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, se dispõe a defender a vida da sua família com a realização de algumas medidas de segurança que têm que ser introduzidas na edificação.

## **Ponto 28 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA**

Ao abrigo do preceituado no número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- Proposta de atribuição de um subsídio de caráter pontual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Samora Correia;
- Proposta de abertura de procedimento de Ajuste Direto tendo em vista a Aquisição de Lubrificantes – Concursos Públicos da Central de Compras Eletrónicas da CIMLT - Acordo Quadro;
- VIII Alteração do Orçamento e às Grandes Opções do Plano – Proposta;
- Empreitada de: “Execução de arranjos exteriores na Urbanização Vale Bispo – 1.<sup>a</sup> fase, na Barrosa” - Revisão de preços definitiva (sem manutenção) / Aprovação;
- Candidatura ao QREN / INALENTEJO - Operação: Ampliação e requalificação da EB1 n.º 1 de Benavente - Código da Operação: ALENT-09-0344-FEDER-001782 - Aprovação da Minuta de Contrato de Financiamento;
- Candidatura ao QREN / INALENTEJO - Operação: Ampliação e requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia - Código da Operação: ALENT-09-0344-FEDER-001783 - Aprovação da Minuta de Contrato de Financiamento;
- Alteração e Ampliação de Armazém / Frigoríficos;
- Construção Nova – Condomínio armazemal / Junção de Documentos;
- Autorização de Utilização / Estabelecimento Comercial;
- Informação simples / Viabilidade de instalação de posto de armazenamento de GPL / Junção de elementos;
- Reclamação;
- Construção de barracão agrícola sem o respetivo licenciamento municipal;
- Legalização de alterações / Moradia Unifamiliar / Projetos das especialidades;
- Aprovação de novos escalões de apoio e alteração de escalões já aprovados – 1.º ciclo - ano letivo 2012-2013.

Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e quatro minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Hermínio Nunes da Fonseca, diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, a subscrevi e assino.



# **Município de Benavente**

## **ANEXO**

- **VIII Alteração ao Orçamento e VIII Alteração às Grandes Opções do Plano de 2012** (7 folhas)

**Reunião da Câmara Municipal de 17 de dezembro de 2012**

# **8.ª Alteração ao Orçamento**

**da RECEITA e da DESPESA  
para o ano financeiro de**



**APROVAÇÃO**

Câmara Municipal .. Reunião de 17/12/2012



## Município de Benavente

### Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 8

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
<b>02</b>	<b>Câmara Municipal e Serviços Municipais</b>					
02 01	Despesas com o pessoal					
02 0101	Remunerações certas e permanentes					
02 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	115.373,00		850,00	114.523,00	
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho					
02 01010401	Contrato por tempo indeterminado	3.318.745,00		13.000,00	3.305.745,00	
02 010106	Pessoal contratado a termo					
02 01010601	Pessoal em funções	65.837,00		7.500,00	58.337,00	
02 010111	Representação	45.475,00	1,00		45.476,00	
02 010113	Subsidio de refeição					
02 01011301	Pessoal dos quadros					
02 0101130102	Contrato por tempo indeterminado	316.428,00		11.500,00	304.928,00	
02 010114	Subsídio de férias e de Natal					
02 01011401	Pessoal dos quadros					
02 0101140102	Contrato por tempo indeterminado	253.962,00		9.000,00	244.962,00	
02 01011405	Pessoal contratado a termo certo	11.064,00		2.000,00	9.064,00	
02 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	115.500,00		4.000,00	111.500,00	
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais					
02 010213	Outros suplementos e prémios					
02 01021301	Senhas de Presença	7.910,00	56,00		7.966,00	
02 0103	Segurança social					
02 010302	Outros encargos com a saúde	58.000,00	150,00		58.150,00	
02 010305	Contribuições para a segurança social					
02 01030502	Segurança social dos funcionários públicos					
02 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	468.000,00		8.000,00	460.000,00	
02 0103050202	Regime Geral	193.925,00		5.000,00	188.925,00	
02 02	Aquisição de bens e serviços					
02 0201	Aquisição de bens					
02 020102	Combustíveis e lubrificantes					
02 02010201	Gasolina	20.500,00		10.000,00	10.500,00	
02 02010202	Gasóleo	315.500,00	16.500,00		332.000,00	
02 02010204	Óleos lubrificantes	14.100,00	600,00		14.700,00	
02 020120	Material de educação, cultura e recreio	2.500,00		2.400,00	100,00	
02 020121	Outros bens	200.350,00		8.950,00	191.400,00	



## Município de Benavente

### Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 8

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02 0202	Aquisição de serviços					
02 020203	Conservação de bens	452.682,00		16.300,00	436.382,00	
02 020220	Outros trabalhos especializados	66.400,00		2.950,00	63.450,00	
02 020225	Outros serviços					
02 02022503	Diversos	207.950,00	130.000,00		337.950,00	
02 02022505	Aquisição de Serviços de Cultura e de Recreio	28.700,00		5.000,00	23.700,00	
02 04	Transferências correntes					
02 0407	Instituições sem fins lucrativos					
02 040701	Instituições sem fins lucrativos	1.160.035,00		3.000,00	1.157.035,00	
Despesas Correntes:		7.438.936,00	147.307,00	109.450,00	7.476.793,00	
02 07	Aquisição de bens de capital					
02 0701	Investimentos					
02 070106	Material de transporte					
02 07010602	Outro	50.000,00		24.207,00	25.793,00	
02 070108	Software informático	94.450,00	5.300,00		99.750,00	
02 08	Transferências de capital					
02 0805	Administração local					
02 080501	Continente					
02 08050104	Associações de municípios					
02 0805010402	Resiurb	10.000,00		5.000,00	5.000,00	
02 0807	Instituições sem fins lucrativos					
02 080701	Instituições sem fins lucrativos	452.805,00		4.950,00	447.855,00	
02 10	Passivos financeiros					
02 1006	Empréstimos a médio e longo prazos					



## Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 8

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02 100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	720.000,00		9.000,00	711.000,00	
	Despesas de Capital:	1.327.255,00	5.300,00	43.157,00	1.289.398,00	
	Total do Orgão 02:	8.766.191,00	152.607,00	152.607,00	8.766.191,00	
	Total de despesas correntes:	7.438.936,00	147.307,00	109.450,00	7.476.793,00	
	Total de despesas de capital:	1.327.255,00	5.300,00	43.157,00	1.289.398,00	
	Total de outras despesas:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Totais:	8.766.191,00	152.607,00	152.607,00	8.766.191,00	

### ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

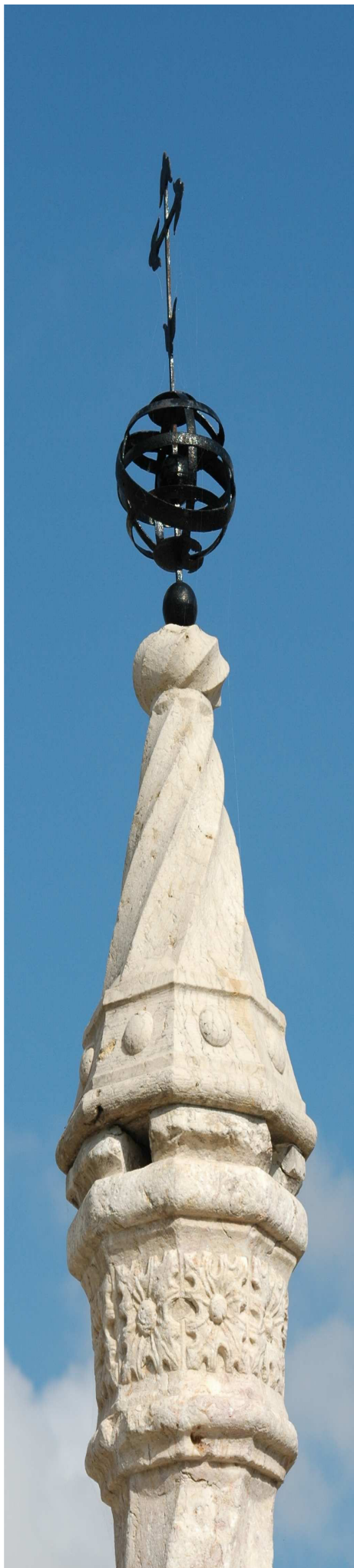
.....

### ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

.....





# 8.<sup>a</sup> Alteração



## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

para o ano financeiro de

# 2012

**APROVAÇÃO**

Câmara Municipal ... Reunião de 17/12/2012



# Município de Benavente

## MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2012  
Alteração Nº 8

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas						Anos Seguintes					
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Atual			Modificação		Dotação Corrigida			2013	2014	2015	2016 e seguintes		
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total						
02						PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA						396.202,00	0,00	396.202,00	-25.600,00		370.602,00	0,00	370.602,00				
02	001					Cultura						396.202,00	0,00	396.202,00	-25.600,00		370.602,00	0,00	370.602,00				
02	001	20105049				Tratamento das ruínas Palacio Infante	02	020203	03	01/10	12/12	5.850,00	0,00	5.850,00	-5.800,00		50,00	0,00	50,00				
02	001	20125008				Aquisição livros e outro material p/ Bibliotecas						9.000,00	0,00	9.000,00	-3.900,00		5.100,00	0,00	5.100,00				
02	001	20125008	1			Apoio a edições de Autores - aquisição de obras	02	020120	04	01/12	12/12	2.500,00	0,00	2.500,00	-2.400,00		100,00	0,00	100,00				
02	001	20125008	4			Aquisição de periódicos - Jornais e revistas	02	020121	04	01/12	12/12	2.500,00	0,00	2.500,00	-1.500,00		1.000,00	0,00	1.000,00				
02	001	20125009				Apoio pequenas obras rep./ conservação sedes colectividades e associações	02	080701	04	01/12	12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	-4.950,00		50,00	0,00	50,00				
02	001	20125010				Apoio realização festas tradicionais e religiosas	02	040701	02	01/12	12/12	66.150,00	0,00	66.150,00	-3.000,00		63.150,00	0,00	63.150,00				
02	001	20125016				Iniciativas Culturais						15.100,00	0,00	15.100,00	-2.950,00		12.150,00	0,00	12.150,00				
02	001	20125016	4			Edições de obras - Município	02	020220	04	01/12	12/12	3.000,00	0,00	3.000,00	-2.950,00		50,00	0,00	50,00				
02	001	20125017				Outras iniciativas Culturais e Recreativas	02	02022505	04	01/12	12/12	6.600,00	0,00	6.600,00	-5.000,00		1.600,00	0,00	1.600,00				
09						AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO						1.165.564,00	84.480,00	1.250.044,00	-8.000,00		1.157.564,00	84.480,00	1.242.044,00				
09	001					Saneamento						35.064,00	34.480,00	69.544,00	-3.000,00		32.064,00	34.480,00	66.544,00				
09	001	20125047				Conservação da rede geral - Águas Pluviais						15.500,00	0,00	15.500,00	-3.000,00		12.500,00	0,00	12.500,00				
09	001	20125047	1			Conservação	02	020203	03	01/12	12/12	10.000,00	0,00	10.000,00	-3.000,00		7.000,00	0,00	7.000,00				
09	003					Resíduos sólidos						1.130.500,00	50.000,00	1.180.500,00	-5.000,00		1.125.500,00	50.000,00	1.175.500,00				
09	003	20115053				Resiurb - Comparticipação ilhas ecológicas e contentores RSU	02	0805010402	02	01/12	12/12	10.000,00	50.000,00	60.000,00	-5.000,00		5.000,00	50.000,00	55.000,00				
11						EQUIPAMENTO RURAL E URBANO						1.240.582,00	150.000,00	1.390.582,00	-5.000,00		1.235.582,00	150.000,00	1.385.582,00				
11	001					Espaços verdes						1.022.958,00	150.000,00	1.172.958,00	-5.000,00		1.017.958,00	150.000,00	1.167.958,00				
11	001	20105038				Manutenção e conservação de jardins e zonas verdes						263.500,00	0,00	263.500,00	-5.000,00		258.500,00	0,00	258.500,00				
11	001	20105038	1			Conservação de zonas verdes	02	020203	02	01/10	12/12	11.000,00	0,00	11.000,00	-5.000,00		6.000,00	0,00	6.000,00				
12						COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES						793.393,26	368.519,00	1.161.912,26	-16.000,00		777.393,26	368.519,00	1.145.912,26				
12	001					Ruas e arruamentos						651.312,00	323.519,00	974.831,00	-4.000,00		647.312,00	323.519,00	970.831,00				
12	001	20125042				Reparação / Conservação de calçadas e passeios nas zonas urbanas						20.550,00	41.050,00	61.600,00	-1.500,00		19.050,00	41.050,00	60.100,00				
12	001	20125042	2			Aquisição bens	02	020121	02	01/12	12/12	8.050,00	13.550,00	21.600,00	-1.500,00		6.550,00	13.550,00	20.100,00				
12	001	20125043				Conservação/ Manutenção de arruamentos						25.000,00	0,00	25.000,00	-2.500,00		22.500,00	0,00	22.500,00				
12	001	20125043	1			Conservação	02	020203	03	01/12	12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	-2.500,00		2.500,00	0,00	2.500,00				
12	002					Rede Viária e sinalização						142.081,26	45.000,00	187.081,26	-12.000,00		130.081,26	45.000,00	175.081,26				
12	002	20125046				Conservação/ manutenção da rede viária e sinalização						40.000,00	0,00	40.000,00	-12.000,00		28.000,00	0,00	28.000,00				
12	002	20125046	2			Aquisição bens	02	020121	03	01/12	12/12	30.000,00	0,00	30.000,00	-12.000,00		18.000,00	0,00	18.000,00				
14						EQUIPAMENTOS DE SERVIÇOS						205.950,00	66.000,00	271.950,00	-18.907,00		187.043,00	66.000,00	253.043,00				
14	001					Aquisição						139.450,00	66.000,00	205.450,00	5.300,00		144.750,00	66.000,00	210.750,00				
14	001	2012 14				Informatização dos Serviços						129.450,00	50.000,00	179.450,00	5.300,00		134.750,00	50.000,00	184.750,00				
14	001	2012 14	2			Software informático	02	070108	02	01/12	12/12	94.450,00	50.000,00	144.450,00	5.300,00		99.750,00	50.000,00	149.750,00				
14	002					Reparação						66.500,00	0,00	66.500,00	-24.207,00		42.293,00	0,00	42.293,00				



**MODIFICAÇÕES  
ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)**

**Ano de 2012**  
**Alteração Nº 8**

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas											Anos Seguintes			
		Ano	Nº				Org.	Económica		Início	Fim	Dotação Atual			Ano Corrente - 2012 Modificação		Dotação Corrigida			2013	2014	2015	2016 e seguintes			
												Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total							
14	002	2012	15			Grande reparação de material de transporte	02	07010602	02	01/12	12/12	50.000,00	0,00	50.000,00	-24.207,00			25.793,00	0,00	25.793,00						
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP												310.100,00	113.550,00	423.650,00	-73.507,00	0,00	236.593,00	113.550,00	350.143,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_